

IV.

Colonização: Articulações no Nível Econômico e no Nível Político

(A Colônia Agrícola de Gurupi)

Jean Hébette
Rosa Elizabeth Acevedo
Marin (*)

1. A COLÔNIA ESTÁ FRACASSADA!

Tivemos em 1975 a oportunidade de visitar, em duas ocasiões, a Colônia Agrícola de Gurupi. O contato com os colonos foi de uma extraordinária riqueza e de uma intensa qualidade humana. Encontramos homens sofridos que tinham vivido momentos de grandes esperanças, aguentando anos de trabalho tenaz e de sacrifício para superar condições de vida miseráveis e agora acordavam. Não se percebia nenhuma modulação no refrão unânime: “A Colônia está fracassada!”

Era óbvio que o fracasso apontado não podia se atribuir, como se tenta fazer em outros casos, à falta de recursos financeiros, técnicos ou como se diz, humanos. Nem se podia atribuir à corrupção ou à presença, no Projeto, de pessoas desligadas de seu sucesso. Ainda menos à falta de resolução, de coragem ou de inteligência de homens como Moacir, Plácido, Raimundo, Carmina. que, com seus braços, tinham transformado em lavoura, em poucos anos, setecentos hectares de mata virgem e destocado mais de cem hectares dela. Desde o início, a realidade encontrada se colocou como um questionamento do que se costuma argumentar para explicar o repetido “fracasso” da colonização. O estudo da Colônia tornou-se, para nós, de sumo interesse, além de algo extremamente concreto devido à comunicação tão direta com seus membros.

(*) Os autores são professores do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos — NAEA — da Universidade Federal do Pará.

Não se pretende, porém, reduzir esse trabalho a um simples “estudo de caso”; o seu interesse para nós ultrapassa de muito a Colônia de Gurupi, a história de Manoel Eusébio, Emiliano, Nicodemus, Raimundo, Josefa e mais cinqüenta de seus companheiros. Ele se estende a tantos colonos encontrados na faixa da Belém-Brasília, no Alto Turi, na Transamazônica, a todos os que nunca conseguiram se fixar. O ponto de partida é a Colônia de Gurupi, que nos ofereceu um abundante material empírico para testar hipótese, mas ela não passa de detonador de uma reflexão mais ampla sobre a Colonização dirigida. Não se pretende, por isso mesmo, comprovar qualquer tese por meio desse material, nem generalizar a partir do particular — no caso, um particular muito peculiar. O que se quer é restituir, no seu contexto global, uma experiência específica e, com base nesta operação, tecer comentários a respeito do impacto decisivo dos fatores estruturais sobre qualquer “Gurupi”, ou Açailândia ou outro lugar. O que, em última instância, é o eixo dessa reflexão é a subordinação de toda colonização, seja ela espontânea, seja ela dirigida, à dinâmica do capitalismo: quer dizer da acumulação e da contradição.

A base desse estudo é constituída por entrevistas realizadas de janeiro a abril de 1975 e em outubro do mesmo ano. Durante duas visitas ao Projeto, em abril e outubro, mantivemos contato com os colonos e com o administrador; consultamos o arquivo da Colônia, o que nos permitiu tomar conhecimento de projetos, planos e relatórios desde as primeiras gestões e, assim, reconstruir a história da Colônia. De posse destes dados, foram montadas e gravadas sete entrevistas em profundidade, em forma de história oral.

Agradecemos encarecidamente aos colonos por sua disponibilidade em nos comunicarem sua experiência e ao administrador, Sr. Roland Fritshe, que nos facilitou o livre acesso ao arquivo e nos forneceu informações complementares.

2. A COLÔNIA PROJETADA PELA CONFEDERAÇÃO EVANGÉLICA DO BRASIL

Mal aberto ao tráfego o trecho da rodovia Belém-Brasília que rasgava as matas virgens ao Norte de Imperatriz, a entidade

religiosa protestante, denominada Missão Presbiteriana do Norte, projeta, para esta área, um assentamento agrícola, o "Povoamento Evangélico Gurupiense". Desde 1960, segundo os depoimentos ouvidos na Colônia, os missionários da Missão Presbiteriana (um deles era o pastor americano, Reverendo J. Crow) andavam na região de Imperatriz, entrando em contato com lavradores ligados à sua religião⁽¹⁾.

A Missão Presbiteriana já tinha tentado empreendimento similar no Rio Grande do Norte (em Ipanguaçu) e no Ceará (em Choró), com resultados, porém, muito pouco animadores, atribuídos à falta de terras disponíveis nestas regiões de grande concentração fundiária. Em 1958, a seca veio mais uma vez aguçar os problemas tradicionalmente enfrentados pelos pequenos lavradores do Nordeste.

Como alternativa para uma política de reforma agrária alguns setores voltaram sua atenção para uma ação sistemática de colonização do oeste do Maranhão, ainda rico em terras devolutas⁽²⁾. Já se encontrava explícita, no projeto inicial, a ideologia oficial que ia sustentar os programas e projetos de colonização na Pré-Amazônia e na própria Amazônia, durante quinze anos. O projeto da missão religiosa visava contribuir para a solução dos problemas dos agricultores pobres e sem terra do Nordeste, levando-os para áreas novas e férteis da Amazônia, agora abertas graças à construção da rodovia. A mesma ideologia, posteriormente lapidada no slogan "Terra sem homem para homens sem terra!", hoje abandonada e substituída por declarações de intenções mais conformes à realidade⁽³⁾. Convém lembrar que,

(1) Um deles era Estevão Celestino da Silva, que integraria, mais tarde, a Colônia, juntamente com seus filhos Moacir e outras famílias apantadas ou amigas.

(2) «Lorsque le Président Juscelino Kubitschek annonce la création d' un plan de développement et de mise en valeur des régions souffrant de la sécheresse, il justifie la présence du Maranhão dans cet ensemble nordestin comme terre d'accueil des migrants» Droulers, Martine. Maranhão Nordestin? Maranhão Amazonien? In: Amazonies Nouvelles. Paris, Université de Paris III Institut des Hautes Etudes de L'Amérique Latine, 1977. p. 111.

(3) Segundo o II Plano de Desenvolvimento da Amazônia: «O objetivo de ocupação da Amazônia através da absorção de excedentes relativos da população do Nordeste, apesar dos esforços empreendidos, está em desacordo com o desígnio de acelerar crescimento regional... a Região não tem a oferecer-lhes (aos colonos) na proporção que seria ne-

desde 1961, a SUDENE tinha seu projeto de povoamento do Maranhão, objetivando notadamente assentar 40.000 famílias no alto Turiaçu, no espaço de cinco anos⁽⁴⁾. Pensava-se desta forma desviar as tensões sociais que se afirmavam cada vez mais no Nordeste.

Vale ainda recordar a evolução de perspectivas, na esfera das Igrejas Cristãs, seja no Brasil e outros países da América Latina, seja nos países da Europa e da América do Norte, principalmente no que toca à “ação social”. As Igrejas encararam, na época, os conflitos sociais gerados pela miséria e pelas injustiças como fator propício à ação do comunismo e às revoluções de tipo socialistas, percebendo nestas situações uma ameaça à sua influência⁽⁵⁾. No Brasil, esse despertar se deu principalmente no Nordeste, suscitando, dentro das Igrejas locais, movimentos e pressões, no sentido de mudanças sociais por ela orientadas e controladas. É bem conhecido o papel que os bispos do Nordeste tiveram no surgimento da SUDENE e as colaborações suscitadas, na época, entre segmentos progressistas da Igreja Católica, o governo e a SUDENE⁽⁶⁾. Dentre as Igrejas protestantes, as mais propensas a extrapolar do puro campo espiritual registraram uma evolução semelhante, em alguns de seus núcleos. Foi o caso da Igreja Presbiteriana. Essa participação das Igrejas Cristãs da América Latina em programas sociais foi, naquele tempo, fortemente apoiada pelas Igrejas dos países capitalistas, que viam nesses programas um meio de fortalecer sua ação missionária, travada no Terceiro Mundo pelo avanço do comunismo. Ali originavam-se os recursos financeiros que

(...)

cessário, os solos férteis com que sonham. De maneira que a massa do colonos espontâneos empreendem a única e perigosa atividade que sabe realizar: a destruição da mata e o esgotamento do solo pela prática de paupérrimas culturas de subsistência, no conhecido regime de lavoura itinerante... À luz desse marco, parece que o objetivo da ocupação e colonização, nos termos em que fora vestido, deve ser revisto».

SUDAM — II Plano de Desenvolvimento da Amazônia: Detalhamento do II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-79) MINTER/SUDAM, 1975.

(4) Droulers, Martine, *op. cit.* cap. 111.

(5) Ver, no que diz respeito à Igreja Católica — Brumeau, Thomas. «O Catolicismo Brasileiro em época de transição». Ed. Loyola, São Paulo, 1974, 2.a parte, cap. VI.

(6) *Ibid.*

sustentavam a ação social dos religiosos no conjunto do mundo; acredita-se, portanto, que era decisiva sua influência na orientação dos projetos e capital para o seu controle.

É neste contexto amplo, com suas dimensões religiosas, mas também econômico-sociais e políticas, que cabe considerar a transferência para o Município de Imperatriz do Pastor Raimundo Ferreira, melhor conhecido como José Balbino, gerente da Colônia Presbiteriana do Ceará. O pastor Balbino fez-se acompanhar de cinco famílias dessa colônia que formaram o núcleo do novo assentamento⁽⁷⁾. Este se localizou, em janeiro de 1962, nas proximidades do povoado de Açailândia, a uns 70km ao norte da cidade de Imperatriz, e no mesmo município. O povoado tinha surgido do acampamento de trabalhadores que servia de base de apoio para a construção da Belém-Brasília; alguns deles, ao fim dos serviços, se estabeleciam na região. A frente de expansão, progredindo do Pindaré em direção ao Tocantins, já se fazia sentir, nas derrubadas de mata e na presença de roças próximas à rodovia, nos lugares chamados Coco Grande, Estaca "1600", Lagoa Verde, Bom Jesus, Barra Grande, Trecho Seco⁽⁸⁾. O povoado de Açailândia não contava, porém, com mais do que uma dezena de casas.

Enquanto o Diretor, José Balbino, se estabelecia na cidade de Imperatriz, para ali exercer seu ministério religioso, as primeiras famílias se instalaram em Açailândia e começaram a abrir estradas e limpar o terreno para suas culturas.

Para levar adiante o Projeto e realizar os entendimentos oficiais com o Estado do Maranhão, a Missão Presbiteriana solicitou a colaboração de uma instância missionária de maior âmbito, habilitada para esse tipo de transação, a Confederação Evangélica do Brasil (CEB). A Confederação atuava através de seus De-

(7) Os chefes dessas famílias eram: Cícero Cruz, Antonio José da Paz, Isaque Ferreira Lima, Octacílio Rodrigues Santiago e Francisco Rodrigues Santiago, ex-arrendatários no Ceará. Apenas o primeiro permanecia ainda na Colônia em Gurupi, em 1975.

(8) Ver, a respeito do avanço da frente de expansão maranhense, Velho, Otávio Guilherme. *Frentes de expansão e estrutura agrária*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1972. Cap. VII. Segundo Moacir Estevão Celestino, que vinha do Pindaré e instalou-se em Lagoa Verde, em 1975, o lugar tinha uns 80 moradores, alguns com 12 anos de permanência. Moacir empregou-se na construção da rodovia em 58 e, em seguida, botou uma roça na Estaca 1600.

partamento de Imigração e Colonização, criado, inicialmente, para facilitar a instalação de imigrantes estrangeiros, notadamente os ligados às confissões evangélicas. A CEB requereu, portanto, do Estado do Maranhão a concessão de 3.000 ha de terras devolutas. A área era muito exígua para atender aos objetivos da Missão, mas a alienação de áreas devolutas de superfície superior teria exigido, em virtude da Constituição Federal, a aprovação prévia do Congresso Nacional. Em abril de 1963, era assinado, entre o Estado do Maranhão e a CEB, o contrato de concessão dos 3.000 ha. A área do projeto era limitada, ao norte, por terras pretendidas por Juracy de Souza, numa extensão de 4.750 metros; a oeste, em 6,4 km, pela rodovia; ao sul, pelas terras do povoado de Açailândia, ficando a parte leste aberta sobre terras devolutas reservadas para eventual expansão da Colônia.

Um levantamento feito em abril de 67 pelo Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias do Norte, IPEAN, sediado em Belém, caracteriza os solos da área: “Na área da Colônia predomina o latosolo amarelo, de textura média a pesada, profunda, fertilidade de baixa e média, acidez de elevada a média sendo a drenagem moderada a boa, muito suscetível a erosão hídrica. É um solo cujas propriedades físicas são muito boas para os trabalhos agrícolas, mas que, naquelas condições climáticas, está sujeito ao rápido esgotamento quando submetido à agricultura intensiva. Deve, portanto, ser submetido ao emprego de práticas conservacionistas adequadas” “A Colônia, como toda a região, não é bem servida por aguadas, fato que, aliado à baixa pluviosidade durante a estação seca, vem limitar bastante a capacidade de uso da terra”.⁽⁹⁾

Além das obrigações da concessionária, o ato da concessão incluía, muito curiosamente, as qualificações por ela exigidas em relação aos colonos. Entre as primeiras, lê-se: a obrigação de “lavoura mecanizada, tração motora e animal, aproveitamento racional da área. área disponível de 400 ha para reserva florestal”.⁽¹⁰⁾ O aproveitamento racional previa a rápida supressão da lavoura feita “pelo sistema rotineiro da região”; o uso exclusivo

(9) Confederação Evangélica do Brasil — CEB — Plano Básico de Desenvolvimento, MONTOR (Montreal Organização Industrial e Econômica S.A.), Montreal, 1967, 4 volumes.

(10) MARANHÃO — Diário Oficial. Contrato de Concessão de Terras Devolutas que foram entre si o Estado do Maranhão e a Confederação Evangélica do Brasil — 3 de maio de 1963.

de lavoura mecanizada e o início da pecuária, ambos a partir do 4.o ano, de modo a atingir 1300 ha de lavoura mecanizada, 600 ha de pastagem em 10 anos, 2000 ha de lavoura com 600 ha de pastagem e 400 ha de reserva florestal, no 17.o ano. Em outras palavras, pretendia-se um uso totalmente intensivo de solos que nem tinham sido analisados. Tais objetivos não pareciam ao alcance de todos; exigiam-se, portanto, qualidades e condições excepcionais na seleção de candidatos. Parece se ter confundido, na oportunidade, a colônia maranhense em um kiboutz de Israel!⁽¹¹⁾ Eram requisitos para os candidatos, segundo o contrato Estado-CEB: “Ser casado sem filhos ou com filhos com bastante idade de trabalhar com os pais nos campos. Ser pessoas de boa saúde, ter um bom nome e mostrar qualidades de honestidade, indústria, habilidade, cooperação. Ser dignos de confiança e ter confiança em si mesmo”.⁽¹²⁾ Além disso, “os candidatos devem mostrar que precisam de terreno. Também não devem nutrir esperanças de possuir mais tarde terrenos”.⁽¹³⁾ Para serem estabelecidos permanentemente, “devem assinar um documento entregando os seus direitos de herdar terrenos na terra natal a parentes próximos”.⁽¹⁴⁾ O colono receberia do Estado o título da terra, “pela recomendação do diretor da colônia” depois de ter cumprido três etapas anuais de trabalho: primeiro, desmatamento, plantio inicial, fabricação de 15.000 tijolos para construção da casa, criação de galinhas e horta; segundo, fabricação de telhas, plantio de pomar, início de criação de gado leiteiro; terceiro, construção de armazéns e estábulos de alvenaria e da cerca em todo o terreno.

Disposições morais era o que mais se cobrava dos colonos, como se a sua experiência agrícola fosse de pouco relevo, uma vez que a Instituição proporcionava os recursos técnicos. Era como uma aliança nova entre capital e trabalho, numa terra prometida, desligada de um mundo de exploração e extemporânea à cultura acumulada pelo homem do sertão. Os recursos técnicos

(11) A verdade é que tal projeto, como muitos outros, procurava parâmetros em contextos culturais alheios ao dos colonos, em vez de valorizar a experiência por eles acumulada. Efetivamente, técnicos da SUDENE têm copiado, na mesma época, um modelo israelense de exploração agrícola, na colonização do Alto Turi.

(12) MARANHÃO — Diário Oficial, citado.

(13) *Ibidem*.

(14) *Ibidem*.

— e financeiros — não possuíam, evidentemente, relação com as habilidades e a forma de tecnologia dos colonos. A CEB tinha, pois, apresentado, em 1962, um ambicioso “Projeto de Desenvolvimento da Comunidade de Gurupi” ao Conselho Mundial das Igrejas — CMI — que agrega as diversas confissões protestantes e dispõe de importantes recursos distribuídos por seu centro de Genebra (Suíça). Em 1964, vieram as primeiras verbas que deram início a uma ajuda exterior que, mais tarde, incluiria outras fontes. Em pouco mais de dez anos (1964-1975), a Colônia teria recebido de organizações diversas, através de canais administrativos complexos, e naturalmente mediante controles e fiscalizações, mais de dois milhões de dólares. Um financiamento a fundo perdido de 700 dólares por hectare.

Independentemente de outras considerações menos conscientes, o valor intensivo da ajuda encontrava justificativa para os organismos financeiros na firme convicção do efeito-demonstração de tais projetos. Tal pensamento animava, aliás, os protagonistas do projeto Gurupi, conforme se evidencia num “Nota-se”, inserido no contrato de concessão: “O loteamento providenciará a localização dos colonos em lotes alternados a fim de que os que se provarem lavradores excepcionais possam receber também mais tarde o lote próximo para ampliar o terreno. Este servirá como estímulo para o colono se aplicar à orientação na melhor maneira possível e ampliar o seu terreno. Também servirá como uma demonstração de ser um colono excepcional com capacidade e merecimento, como bom exemplo para os outros”.⁽¹⁵⁾

Era patente, desde os primórdios, que a direção da Colônia incluiria uma parte importante de orientação educacional e de influência moralizante que encontrariam, no controle dos recursos técnicos por parte da Instituição, uma força incontestável e um inegável instrumento de pressão. Correlatamente perderam sua força, à medida em que desaparecesse esse controle.

Nessas condições, não menos claramente, as regras do jogo internas à colônia seriam diferentes das normas externas às quais eram acostumados os colonos pelo menos durante o período de vigência do regime de enclave. O sucesso individual, inevitavelmente, dependeria da capacidade de cada um em farejar, no ambiente da colônia, essas normas latentes e a elas se ajustar. Tal

(15) *Ibidem.*

estrutura não deixaria de levar para um nível muito subjetivo a competição, que, no mundo trivial, se coloca claramente no campo dos interesses econômicos objetivos. Os depoimentos dados pelos colonos, mesmo decodificados mediante as precauções de rigor, dão certa evidência de ter isso ocorrido na Colônia.

Em maio de 1963 vieram se juntar às cinco famílias trazidas do Ceará sete outras, que residiam na região há vários anos e tinham entre si laços de parentesco ou de amizade, embora diferenciados pelo credo religioso. Essas novas famílias formaram o núcleo mais estável e, aos poucos, mais influente da Colônia.⁽¹⁵⁾ Esta começou a registrar tensões entre grupos: as famílias vindas do Ceará continuavam muito ligadas ao pastor Balbino, que morava em Imperatriz, mas vinha celebrar o culto para os colonos. O novo grupo aderiu ao responsável residente na colônia, Roberto Samuel Johnson, auxiliar do diretor, o Dr. Carlos que residia no Recife. Roberto Johnson teve que se afastar, como aconteceu alguns meses mais tarde com o pastor Kang.

Kang era coreano. Àquela altura, o Departamento de Imigração da CEB planejava a instalação, na Colônia, de coreanos fugidos de sua terra, e, bem provável, mais precisamente do regime comunista. A CEB tomou, então, a direção imediata da Colônia para preparar a vinda dos imigrantes e nomeou o pastor Kang como diretor residente. Para evitar conflitos de competência, foram delimitadas as respectivas jurisdições. Segundo contou um colono: a Missão Presbiteriana (com o pastor Balbino) fez contrato de “cuidar da parte das almas” e a CEB (com o pastor Kang) de “cuidar dos projetos”. Mas nem sempre é tão nítida a linha divisória entre as almas e a administração econômica. As famílias fundadoras se “revoltaram” contra o Diretor, conforme o informante, e Kang foi afastado da Colônia, após apenas 4 meses. Ele foi substituído por um técnico agrônomo paranaense, Dr. Hans Raffel, que resolveu, mal instalado em suas funções, criar uma Cooperativa: a Cooperativa Agrícola Industrial de Gurupi. A caracterização industrial da associação tinha por base os investimentos planejados com os recursos exteriores e que se concretizavam, na época, numa máquina de arroz, uma serraria e uma carpintaria. Os colonos não tiveram participação

(16) Eram chefes dessas famílias: Estevão Celestino da Silva, o filho, Moacir Estevão Celestino, o parente, Elias Celestino da Silva; Gonçalves Costa, casado com a sobrinha de Estevão e Raimundo Pereira Primo, cunhado de Gonçalves e de Manuel Eusébio da Costa e José Granjeiro da Silva.

na criação da Cooperativa, a não ser assinar a Ata Constitutiva e os Estatutos. O responsável técnico do Departamento de Colonização da CEB, o agrônomo Sr. Ivo Marçal, notou, numa visita ao Projeto, “a falta de motivação e doutrinação dos colonos aos quais a cooperativa foi praticamente imposta, sem que os mesmos dessem conta do que estava realmente acontecendo⁽¹⁷⁾ Aliás, a Cooperativa não se restringia aos agricultores e, assim, se caracterizava; apesar da distribuição de competências feita entre a Confederação e a Missão, seguindo a linha divisória do temporal e do espiritual, a presidência da Cooperativa era exercida por Balbino que, além de não ter lavoura, cuidava dessa tarefa desde sua residência em Imperatriz. O Pastor continuava, pois, na Colônia “exercendo forte liderança” que o técnico da CEB considerava negativa⁽¹⁸⁾

Tudo indica que a Confederação sentia a premente necessidade de acentuar os aspectos técnicos, na direção da Colônia, e de dar um impulso novo a um empreendimento que não crescia. O número de famílias, no início de 1965, não passava das 12 anteriores. A distância da sede da Confederação, localizada no Sul, e a dificuldade de comunicação com a instância oficialmente responsável pelo projeto não permitiam um acompanhamento fácil da situação da colônia nem uma compreensão suficiente de suas necessidades. Esse fato gerou “uma enorme crise” no projeto⁽¹⁹⁾.

O Chefe do Departamento de Colonização da CEB resolveu assumir a responsabilidade de dar esse novo impulso, intervindo pessoalmente na direção da Colônia, a partir de maio de 1965, em substituição ao Diretor interino, Dr. Enilson Rocha de Souza. O Dr. Ivo foi descrito pelos colonos entrevistados como pessoa muito simpática, entusiasta e dinâmica. Por pertencer às esferas dirigentes da Confederação, manifestava um espírito de tolerância nem sempre compartilhado pela Missão Presbiteriana. Esta, por exemplo, recusou um agrônomo católico escolhido pelo Dr. Ivo para dirigir o Projeto. O novo diretor, que pretendia apenas redimir a Colônia, acabou ficando a sua frente durante quase 7 anos. Ele se tinha tornado, na opinião de um informante, “o ídolo de todos”

Tudo deveria recomeçar de maneira a permanecer fiel à metodologia inicial. A serraria e a máquina de arroz estavam para-

(17) Projeto Gurupi. Relatório de Atividades, 1965.

(18) Ibid.

(19) Ibid.

lisadas por deficiências nos motores; as máquinas da carpintaria não tinham sido extraídas de suas embalagens; diversos motores Diesel e equipamentos agrícolas eram guardados no depósito. O assentamento não passava de um mini-projeto com 12 famílias, e os planos do novo diretor não iam muito além de um total de 30 a 40 famílias, no quinquênio a vir. Na época, pensava-se nos coreanos. O novo diretor se fez acompanhar por uma equipe de voluntários da religião Menonita da qual participavam quatro americanos, sendo um deles economista e um outro agrônomo⁽²⁰⁾. Mais tarde, vieram alguns voluntários da Paz.

A equipe voltou todos seus esforços, durante 1 ano e meio para a acolhida das famílias coreanas: desmatamento de 146 ha de mata, construção de 25 casas. Entre os colonos nordestinos, crescia o sentimento de abandono e de menosprezo. “O resultado foi que os colonos, já desanimados e inseguros com as sucessivas mudanças administrativas anteriores, passavam a sentir-se relegados a um plano secundário de simples instrumentos. Uma série de planos que, como o dos coreanos, são iniciados e depois abandonados, geraria uma insegurança nos colonos, tornando-os desconfiados quanto às verdadeiras intenções da CEB em Gurupi⁽²¹⁾”. Tanto mais que os coreanos acabaram não vindo, em razão de uma legislação tardiamente lembrada, que proíbe a entrada de estrangeiros em terras devolutas cedidas pelo Estado.

A partir desse momento, coloca-se de modo mais clara a questão da justificabilidade econômica do Projeto, ou seja, o problema custo-benefício. Diante das dimensões modestas da Colônia, o Conselho Mundial das Igrejas hesitava em continuar seu apoio financeiro e o condicionava à ampliação do projeto. Argumentava-se em contrário pelo efeito de irradiação esperado, como dizia um relatório daquela fase: “O Projeto Gurupi deve ser considerado o que realmente é: um projeto experimental de Colonização. O custo do mesmo não pode ser calculado na base do custo “per capita” pois pretendemos beneficiar com esta experiência uma vasta região de nossa colônia⁽²²⁾”

Esta resposta aborda um aspecto fundamental do Projeto, que aparece em outros qualificados de “experimentais” ou, às ve-

(20) A seita menonita atuava em alguns projetos de ação social da Amazônia Legal, notadamente em Araguacema.

(21) Gurupi. Plano de Consolidação. Confederação Evangélica do Brasil, São Paulo, agosto, 1971.

(22) Projeto Gurupi. Relatório de atividades, Açailândia.

zes, de “pilotos” Nem sempre se trata de iniciativa privada; certos projetos de iniciativa governamental ou mista, sobretudo os que apresentam justificativas sociais, têm as mesmas pretensões e explicam seus altos investimentos em homens e dinheiro pelo efeito de contágio. Como se a realidade social pudesse ser objeto de experimentação em local isolado e asseptado, e como se se pudesse reproduzir em escala ampliada no mundo real os resultados alcançados no núcleo-laboratório. Há indícios de que semelhante posição não convencia mais todos os colaboradores da Colônia, sem que isso apareça em termos explícitos; os aspectos estruturais da pobreza dos camponeses começavam a ser captados. Mas as objeções do Conselho Mundial não atingiam esse nível; diziam respeito às dimensões do projeto e as suas condições de se firmar.

A ampliação do projeto requeria, em primeiro lugar, o alargamento da área de colonização. Desde o ano de 1965, foram iniciados os entendimentos com o governo do Maranhão para estender até 8.000 ha a faixa de terra da concessão. O ato de cessão deveria ser assinado em 21 de janeiro de 1968; conforme documentos arquivados na Colônia, o governador já tinha assinado a delegação do Secretário de Agricultura para celebrar o ato de Concessão, quando surgiu, no último momento, o parecer contrário da Procuradoria Geral, baseado no artigo 156, § 2, da Constituição Federal.

Paralelamente aos entendimentos oficiais cogitava-se de uma reformulação técnica, segundo as linhas-mestras consubstanciadas no Relatório de Atividades de 1965. Não se hesitou em contratar uma importante firma internacional de Consultoria — a MONTOR — para elaborar um novo plano. Uma das pretensões do modelo era libertar a Colônia de sua dependência em relação ao exterior, entregando-lhe autonomia que lhe assegurasse o poder decisório, fundamentando-a numa base econômica sólida. Imaginava-se, para tanto, a transferência da Colônia para uma Fundação vinculada a CEB, com personalidade jurídica própria e estatutos de empresa capitalista: a Companhia de Desenvolvimento de Gurupi. O plano montado pela MONTOR, em 1968, era, entretanto, muito ambicioso, excessivamente grandioso, de tal modo que nunca chegou a ser efetivado. O artigo 2.º dos estatutos dizia: “A sociedade tem por objetivo promover o desenvolvimento sócio e econômico da Colônia Agrícola Gurupi e regiões circunvizinhas, bem como participar de programas semelhantes em outras regiões da Amazônia Brasileira.” Planejava-se, por exemplo, um motel-restaurante para atender, em 1975,

uma freqüência anual de 25.300 clientes entre usuários da rodovia Belém-Brasília, uma usina de arroz, uma fábrica de doces com produção diária de 5.000 latas, em 1970, um posto de gasolina, um hospital geral, um ginásio agro-industrial, etc⁽²³⁾.

Enfim, ao mesmo tempo em que tratavam a nível de cúpula da reorganização, o Diretor da Colônia lançou mão de uma nova tentativa de cooperativa. Em 15/10/1966, numa assembléia de 24 lavradores, foi decidida a criação da Cooperativa Agrícola Mista de Gurupi Ltda. — CAMGURU. Em virtude de atrasos administrativos e de reformulação de estatutos, ela apenas chegou a funcionar em junho de 1968. A população da Colônia já se tinha acrescido novos membros; em 1967, contavam-se 31 famílias; em 1969, os 50 lotes eram todos ocupados e os moradores, incluindo agregados e funcionários, atingiam o número de 342.

A Colônia, sem dúvida, tinha encontrado, com o seu Diretor, um novo alento, mas não deixava de constituir algo de artificial, de pré-fabricado. Ela tinha surgido de cima e, antes de mais nada, de fora: de fora de região, de fora do povo, de migrantes tomados no seu conjunto, de fora das lutas que opunham já naquele tempo classes antagônicas de pequenos posseiros e de especuladores fundiários⁽²⁴⁾. O melhor indicador dessa artificialidade é dado pela ambigüidade de uma colonização organizada na forma de exploração capitalista, “à la” MONTOR, e supostamente respaldada no associativismo de colonos sem experiência gerencial e totalmente alheios a esse tipo de problemática. A coisa vale ser mencionada, pois não é traço exclusivo da Colônia de Gurupi, mesmo se, neste caso, as contradições são mais patentes.

As tentativas de industrialização na Colônia de Gurupi, como em outras, confirmam a que ponto a agricultura camponesa não capitalista é estruturalmente incapacitada de elevar o agricultor a um nível melhor. A prosperidade dessas colônias é procurada, portanto, em atividades industriais que se tornam rentáveis pelo baixo custo da mão-de-obra ligado, por sua vez, ao

(23) Confederação Evangélica do Brasil. Plano Básico de Desenvolvimento — MONTOR — citado.

(24) Em 68/69, das 28 pessoas que compunham o quadro técnico-administrativo, 17 eram estrangeiros. «A presença de estrangeiros no Projeto, observa o Plano de Consolidação, foi detrimental para a sua aceitação na região onde Gurupi passou a ser conhecida como a Colônia dos Americanos».

baixo preço dos produtos agrícolas de base. Nem se trata, nos melhores dos casos, da agro-indústria, apontada como remédio à fragilidade de uma economia puramente primária e, através da qual, o produtor associado recuperaria uma parte da mais-valia que lhe é extraída. Trata-se, ao contrário, de “indústrias” sem conexão com a produção básica da colônia: cerâmica, serraria, hotelaria. No fundo, a própria forma como se procura ajustar os modelos de colonização dirigida põe em relevo as falhas congêntas da estrutura agrária que eles pretendem, sem êxito, corrigir — pois ela não se corrige, ela se muda. O não reconhecimento dessa contradição é que leva à repetição das mesmas experiências “salvadoras” em que se gastam recursos e desgastam pessoas.

A cooperativa CAMGURU reunia os recursos dos lavradores: sua produção, suas contribuições, e, inclusive, suas dívidas. À Confederação ou o Projeto, como se expressam indiferentemente os informantes, se reservava a gestão dos recursos externos e com eles prosseguia a implantação da colônia: construía e administrava escola e ambulatório, comprava máquinas e caminhões e adquiria um plantel bovino, financiava inclusive a Cooperativa e lhe prestava ajuda administrativa. Se, segundo o Diretor, os dois pólos se articulavam, assim não parecia a todos os colonos. Os antagonismos vinham à tona e surgiam reivindicações e oposição de classe. Pelos investimentos feitos, a Confederação não podia deixar de revelar-se muito rica, em contraste com a pobreza dos colonos. A comunidade de serviços e, parcialmente, de funcionários na CEB e na Cooperativa, não ajudava a ter uma visão clara do que era do domínio de uma e de outra. O fato é apontado pelo Plano de Consolidação: “Entre a CAMGURU e a CEB passou a existir superposição e competição em certos aspectos, o que contribuiu para aumentar, perante os colonos, o clima desfavorável de tensão e mesmo de conflito e ambivalência em suas relações com as duas entidades”.⁽²⁵⁾

O “Dr. Ivo” elaborou, em 1971, um projeto de emancipação da Colônia, prevista nos estatutos para 1974: a CEB se retiraria completamente do cenário local, transferindo à Cooperativa todo o acervo do Projeto e extinguindo os setores da serraria, da perfuração de poços e de criação de gado, desenvolvidos pela Confederação, ao que parece, paralelamente ao Projeto Gurupi e por conta própria.

(25) Gurupi — Plano de Consolidação — Confederação Evangélica do Brasil, citado.

Os colonos não tinham sido efetivamente preparados para tanto; sua prática de gestão associativa tinha sido quase nula e faltava-lhes um melhor entrosamento com o mundo da administração pública e dos negócios. A cooperação entre os colonos existia a nível bastante espontâneo, mas se restringia, muitas vezes, aos círculos de parentes e amigos; pouco chegava ao nível de cooperação de classes. Aliás, a estrutura da colônia não o permitia; as motivações desenvolvidas para a vida comunitária repousavam mais sobre valores religiosos do que sobre exigências de classe. O predomínio das relações primárias, mesmo na organização hierárquica, estimulava a formação de grupos competitivos, na busca de vantagens pessoais. Crescia, entretanto, uma consciência de classe, despertada pela contradição percebida entre os objetivos proclamados e os resultados alcançados. Os colonos tinham sob suas vistas, constantemente, o rico material adquirido pela CEB para o desenvolvimento da Colônia e deixado inutilizado, percebiam a facilidade com que se acumulavam recursos, contrastando com sua pobreza. Tinha-se pregado para eles que tudo isso era para seu melhor estar, mas continuava de propriedade e sob o controle do projeto que não era deles. Desenvolvia-se uma consciência viva de exploração.

Pelo seu prestígio, o Dr. Ivo controlava e canalizava os movimentos de insatisfação; além do mais, sabia usar as lideranças para a condução dos conflitos. Com a sua saída, a direção voltou novamente para o Sr. Enilson Rocha de Souza, que não tinha condições de residir de modo permanente na Colônia. O controle deixou de ser exercido com eficiência.

Os conflitos com a administração cresceram. A prometida transferência do acervo do Projeto não se efetivava; os recursos financeiros do exterior tinham sido substancialmente cortados e isso foi considerado como "gesto de má fé". Corriam comentários, no meio dos colonos, e faziam-se reuniões de contestação. Falou-se até ter havido sugestão de seqüestrar o coordenador. Ao mesmo tempo, surgiam, na Cooperativa, dificuldades, bastante comuns, na obtenção de financiamento do Banco do Brasil, atraso dos sócios no pagamento de suas dívidas com a Cooperativa e o Banco, gestão irregular de parte de alguns gerentes.

Em 1972 e 1973, certos colonos dirigiram ao INCRA e ao DDA-MA denúncias contra a administração, que provocaram uma mobilização na Colônia⁽²⁶⁾. A Comissão do INCRA consta-

(26) Denúncias registradas sob os números: 1103/73 e 1113/73 no INCRA e número 082/72 no DDA-MA.

tou que a distribuição dos lotes, iniciada em novembro de 1971, resultava no quadro seguinte: apenas 17 colonos tinham títulos definitivos, 4 tinham lotes registrados no Cartório, 27 não tinham títulos. (Em 1975, 34 lotes eram titulados). Fez-se inventário das máquinas e equipamentos da CEB; entre elas, 3 tratores Unimog com guinchos, um trator Unimog com uma perfuratriz que só tinha cavado dois poços, dois poderosos grupos geradores Diesel, que só tinham funcionado 1.000 horas. Todo esse material foi doado, em 1969, pelo Evangelische Zentralstelle für Entwicklungshilfe- EZE- da Alemanha. Ademais, uma prensa para fabricação de tijolos, que nunca foi usada, um torno, uma moto-bomba para irrigação, outros tratores, caminhões e jeeps, todo esse material estando ocioso. A equipe de fiscalização caracterizou também a gestão do gerente da Cooperativa como incluindo “atos de pressão e abuso de poder”, desfalque de Cr\$ 36.382,00, no caixa, e considerou como medida negativa a retirada da assistência agrônômica, depois de 1972. Entre os aspectos negativos mais gerais do Projeto, o relatório do INCRA cita: “1. Falta de experiência da CEB neste tipo de promoção humana; 2. Acentuado grau de paternalismo praticado pela CEB; 3. Infra-estrutura física implantada na área sem estudo prévio, estando quase na sua totalidade ociosa; 4. Desconhecimento das normas referentes a loteamento para fins agrícolas” Acrescentava porém: “Todavia, os aspectos positivos observados pela Equipe assumem relevância e suprem perfeitamente as falhas enumeradas anteriormente”.⁽²⁷⁾ Era muito mal concluir um tal relatório, mantendo-se ao nível das ocorrências, sem buscar entender se as falhas não eram reflexo de algo mais fundamental que não estava em poder da Confederação controlar. A questão a colocar era se tal projeto podia ter um destino bem diferente do constatado.

Em meados de 1974, a direção do Projeto foi assumida pelo contador, Sr. Roland Fritsche, que se fixou como orientação cumprir com as recomendações da Comissão do INCRA e intensificar o entrosamento da Colônia com o INCRA e o ACAR. Não se resolveu, porém, a transferir para a Cooperativa, no prazo estipulado, o acervo do Projeto. Em 1975, o clima constatado na Colônia era de muito pessimismo, tanto da parte do administrador quanto da parte dos colonos que iam repetindo que a Colônia estava fracassada. Alguns pareciam se dirigir pelo “salve-se quem puder” e tirar o maior proveito da situação.

(27) Relatório de Avaliação, INCRA 1973.

Mas um elemento independente do Projeto tinha aparecido: o avanço da invasão latifundiária. Na implantação do núcleo, as terras devolutas eram ainda abundantes na região; o latifúndio, entretanto, já apontava como ameaça, bem concretizada pela vizinhança do fazendeiro Juracy de Souza (dono, atualmente, de 3469 ha).

Em dez anos, porém, até 1975, a grilagem tinha invadido os vales do Pindaré e do Tocantins. Colônias oficiais próximas, como a COMARCO⁽²⁸⁾ e a COLÔNIA, enfrentavam insuperáveis problemas de grilagem em grande escala, fonte da maior insegurança para os colonos. O latifúndio dominava a região cujo mapa era retalhado entre empresas pecuaristas ou madeireiras. Nem a concessão de terras, de 1963, nem os títulos distribuídos pelo INCRA eram garantias eficientes contra a pata do boi. Sendo a Colônia cercada por fazendas, bastava aos donos soltar os bois nos lotes desprovidos de arame ou estacas, para acabar com as culturas. Diante da dificuldade de crédito para custear melhoras mínimas, do empobrecimento do solo e da escassez de recursos, ou diante da necessidade de pagar dívidas no banco, é quase forçosa a venda da terra. E a venda de um acarreta a venda de outro, devido à propagação do capim e à invasão dos animais. Quem podia ainda ficar a salvo era a própria Confederação, com os 1882 ha, que permaneciam no seu nome.

Dos 34 colonos que tinham lote titulado, em outubro de 1975, nove já o tinham vendido por uma importância variando de Cr\$ 70.000,00 a Cr\$ 85.000,00. Uma dúzia já se tinha manifestado perante a Cooperativa, para lhe dar a preferência para a compra, conforme o regulamento da Colônia, mas ela não tinha condições financeiras para efetuar a transação. Aos poucos, os lotes se integravam nas fazendas vizinhas ou formavam a base de nova fazenda.

Entende-se que, para os idealizadores do Projeto, que visavam “fixar o homem à terra”, isso fosse o sinal de fracasso. Ainda mais quando se pensa no volume dos recursos mobilizados: a CEB investiu uma média de US\$ 40.000,00 por lote, e houve época em que o número de funcionários da Colônia atingiu 80 aproximadamente, dois funcionários por colono. Em relatório de 1970, o Conselho Mundial de Igrejas já reconheceu a falência, sem entretanto, aparentemente, questionar o projeto na sua base. “A história do Projeto pode ser resumida como boa idéia por parte

(28) COMARCO — Companhia de Colonização do Maranhão.

de pessoas bem intencionadas e um relacionamnto administrativo caótico. Apesar dos erros passados, conseguiram-se alguns resultados e alguns compromissos assumidos foram alcançados”.⁽²⁹⁾

O que importa, porém, é exatamente entender que o sucesso de tais projetos não depende de boas idéias, e ainda menos de pessoas bem intencionadas.

3. A COLÔNIA NA EXPERIÊNCIA DOS COLONOS

A Confederação procurou alcançar os seus fins através de um modelo de promoção humana. A idéia é expressa no Plano de Consolidação: “buscando uma nova estrutura dentro da qual o indivíduo e a comunidade possam desenvolver plenamente seu potencial humano de criatividade e responsabilidade, visando sacudir o camponês nordestino de sua estagnação secular”.⁽³⁰⁾

A maneira como se fala do camponês explica porque se contou mais com recursos exteriores do que com as aptidões dos colonos. O que, com esses recursos de fora, chegou a se implantar envolveu uma prática tutelar, conflitando com os objetivos declarados de promoção social e fazendo pouco caso da capacidade pessoal dos colonos. Uma colaboradora brasileira da Missão Evangélica testemunhou o espírito de superioridade com o qual os estrangeiros tratavam o pessoal local. As entrevistas feitas com alguns colonos demonstram, entretanto, como era bem relativa a sua “estagnação secular” e como era viva a sua observação e agudo seu senso crítico. É bom ouvir da própria boca de um deles como analisava a situação: “Nós não estamos em casa; é como se alguém mandasse na sua casa e quisesse introduzir outros costumes”.⁽³¹⁾

A memória dos requisitos cobrados do candidato para entrar na Colônia nos é guardada por um deles:

“Era uma condição para entrar na colônia: só casado
Neste contrato consta um bocado de exigência. Era
pra gente cultivá a terra; a gente fazia um plantio fruta

(29) Relatório do Conselho Mundial das Igrejas, 3-11-1970.

(30) Gurupi — Plano de Consolidação CEB - Citado.

(31) NAEA — Pesquisa — «Belém-Brasília». Ficha de Entrevista N.º 41.

de espinho, uma granja, um mangueiro pra porco e. trabalhá com terra mecanizada, destocá prá ará, fazer uma barraca por conta própria e uma taipa o que pudes-se fazé... E o negócio... da venda da terra, quer dizer, a entrega do título só com 2 anos. de experiência” (32)

Os Colonos não informaram muito sobre a vida da Colônia, nos seus primórdios. No primeiro ano, quando a Colônia se restringia às famílias fundadoras, o pessoal trabalhava parcialmente a serviço da instituição, como relata um colono vindo em 1963⁽³³⁾:

“Quando eu cheguei. os diretores moravam na Imperatriz, não é. Então essas cinco famílias estavam aí, e trabalhavam, é que não tinham um lote ainda, é. Tavam trabalhando só na direção dele, num é; e quando a... à manutenção, alimentação, essa coisa toda, ele também providenciava, num é, enquanto plantavam roça, enquanto colhiam, essa coisa toda, não é. Quando entrou estas doze famílias. o Balbino encarregou o seu Estevão, não é. “Seu Estevão, você é assim. mais velho. Pega a turma assim mais nova” Então o seu Estevão. Assumiu aquela... aquela responsabilidade de coordená as coisas, os trabalhos, não é”.⁽³⁴⁾

Como foi dito, o trabalho todo dos colonos foi orientado durante um ano e meio para receber os migrantes coreanos. Logo na saída do diretor Kang, foi um colono (o pastor Raimundo Primo) que tomou a chefia das obras,

“Eu assumi um tempo a responsabilidade dos serviços... Como é que foi naquele tempo que eu trabalhei ali. destocando aquela área da terra pra. pra fazer aquelas casas? fazendo estradas lá pra residência, aquelas coisas ali tudo? É,. eu passei uns dias, aí, não é. Não como diretor do projeto, mas. . como responsável do... dos trabalhos enquanto. Aquilo foi um tempo que a gente desenvolveu muito serviço. todo mundo vivia

(32) NAEA — Programa de História Oral Regional, Entrevista N.º 3.

(33) As entrevistas gravadas no Programa de História Oral foram transcritas o mais literalmente possível, sem nenhuma alteração proposital e são citadas aqui segundo essa transcrição.

(34) NAEA-PHOR Entrevista N.º 4.

junto mesmo, não é. A gente sentia aquela. não é. aquele aconchego. aquela coisa de união. Todo mundo era animado lá dentro, não é. ”⁽³⁵⁾

Na realidade, “todo mundo” não parece ter manifestado o mesmo entusiasmo. Os colonos se sentiam muito sacrificados; a aceitação dos coreanos resultava de uma decisão de cima, sem consulta ao núcleo de base, aos que seriam os artesãos da infraestrutura.

Trabalhava-se no duro mesmo. Juntava-se o povo, para fazer estradas no sábado:

“Foi no início daqui. Isso era. fazé essas estradas, essas estradinhas que tem aqui. Isso aí foi feito braçal, não foi maquinário. Era comunidade. Todo dia de sábado. O camarada trabalhava a semana inteira na roça dele; quando era sábado juntava todo mundo: vamo fazer estrada. Pegava um lado, saiu lá. Pegava do outro de lá, passaram aqui todo mundo. Só meio dia. Isso aí era uma. um negócio quase como uma obrigação. Era uma obrigação de si mesmo queré ir”.⁽³⁶⁾

Construiu-se a residência dos administradores e técnicos, num canto isolado do terreno. Pensou-se inclusive em agrupar as famílias dispersas nos lotes, construindo uma agrovila; foi contratado um arquiteto, para elaborar um plano urbanístico; uma das dificuldades disse respeito à adução d’água. Chegou-se a adquirir uma perfuratriz de poços. Mas houve, sobretudo, oposição dos moradores:

“A Confederação quis fazer (a vila) em cima sem os colonos concordarem, e não em baixo, perto da água. Ninguém colaborou e quis morar. Os primitivos, deixamos dois lotes para um campo experimental e a vila dos colonos e uma escola. A idéia permanece hoje, inclusive entre os colonos que vieram depois. Mas não tivemos muita força por parte do administrador”⁽³⁷⁾

Aos poucos, entrava gente nova e se rompia, para a infelicidade da direção, a harmonia original.

(35) *Ibidem.*

(36) NAEA-PHOR. Entrevista N.º 3.

(37) NAEA-PHOR. Entrevista N.º 1.

“Quando havia sempre, no começo, pessoais mais que foi escolhido para vir pra cá, sempre era pessoas mais fácil, não é. Porque, não é, por nada, sempre a pessoa, os crentes não quer fazer muita bagunça, e as vez ficam humildes, suportam coisa que outras pessoas não suportam, né. E era muito melhor de manobrá. E quando pegou a juntar gente de todo o canto aqui, aí se tornou mais difícil”.⁽³⁸⁾

Até as proibições de ordem religiosa tiveram que se suavizar:

“No início, aqui não havia festa aqui dentro da colônia. E nem bebedeira, que não aceitava o camarada beber cachaça, fazer essas coisas; não havia; agora do tempo do Doutor Ivo já com três anos ou quatro que estava aqui aí ele... o camarada era liberto; podia fazer o que quisesse até fazer festa podia fazer. Fazer o que quisesse, mas. Só não aceitava cachaça, nem jogo de azar. Só jogo de futebol, que ele gostava muito de esporte.. ”⁽³⁹⁾

Do tempo da ortodoxia, a rotina do trabalho só se quebrava com atividades religiosas, que faziam falta para os católicos...

“Foi o Dr. Ivo que falou. Porque disse: as mulheres do. . . não tendo alguma diversão. Que aqui é um lugar parado. não tinham diversão, era só na roça. Bem, mas: tem escola dominical, tem o culto, e a mulher do católico tá sem diversão. Tirando de chamá o fulano: ei!. almoço tá na mesa. Outra diversão não tem. E o padre. . . vem celebra missa aí pro o. . . a mulher do católico. Também tem uma diversão; todo mundo da vila tem uma diversão um dia. Senão fica capium”.⁽⁴⁰⁾

Existia, sobretudo no início da Colônia, ajuda ocasional entre colonos para os serviços da roça:

“Aí teve um. . . umas comunidades que não era ajudado da administração. Era quando tinha uma pessoa doente, serviço atrasado, ele doente, sem condição. Aí combinava — às vezes até numa reunião da Cooperativa,

(38) NAE-PHOR. Entrevista N.º 2.

(39) NAE-PHOR. Entrevista N.º 3.

(40) Ibid.

de volta, que vinha muita gente — dizendo: “vamo fazer uma comunidade na roça do Braga como nós fizemos. Ele tá doente de pneumonia, não pode trabalhá; vamo juntá e vamo limpá o arroz dele que tá no mato. Nós vamos de damo um dia pra lá; ninguém falta” Aí juntava aquela turma de home ia dá, dava aquele duro de serviço na roça do Braga como nós fumo. O Braga ficou bom; o arroz tava limpo. Isso aí fez por diversas vezes. Essas comunidades que ele não era saído da administração, era uma turma mesmo que combinava”.⁽⁴¹⁾

As mudanças constantes na direção da Colônia, a falta de coesão e as brigas entre os dirigentes não contribuíram para manter o espírito comunitário. E, além do mais, o organograma complexo da Colônia, abstrato demais para os colonos e cheio de sutileza: as almas e o projeto; a Confederação e a Missão; o Projeto e a Cooperativa. O pessoal não se situava. Para eles, o que mais se impunha à mente era que prédios, máquinas, financiamentos eram do Projeto, da Confederação e não deles. E que o Projeto e a Confederação eram, nas discussões ou nas contestações, um refúgio certo, um alibi para a administração. Os depoimentos, neste particular, são extremamente eloqüentes e unânimes. O que pode incluir de subjetividade não está em questão aqui, já que se trata, exatamente, de ver a Colônia pelos olhos dos colonos.

Assim se expressa alguém que foi homem de confiança da administração:

“Nós aí nunca tivemos assim um. uma relação ou uma liberdade tão grande. Saber todas as coisas, lá no fundo. O nosso conhecimento no projeto ia até aqui. Dalí pra frente, a gente não podia penetrar, não é? Daí pra lá, então era do. do diretor aí; lá pra São Paulo; lá não sei pra onde, não é... Tinha um limite, não é. E a gente foi tomando conhecimento das coisas e viu isso, né, que tinha esse limite. E daí a gente começava a perguntar: e por que a gente não. não penetra, não é? sabe tudo, não é, por quê? Agora, daí surge desconfiança, não é. Diz: olha, não se pode penetrar aí, porque decerto tem um negócio acolá que a gente não pode saber, não é. E daí que sempre começam as coisas”.⁽⁴²⁾

(41) *Ibid.*

(42) NAE-PHOR. Entrevista N.º 4.

Aparecia, a olho nu, a contradição entre a ideologia do Projeto (a grande família, a comunidade.) e o discurso paternalista que já não dava mais conta do recado.

“Na minha opinião, um projeto como esse aí, é. é uma família, não é? Se eu tenho a minha família, então ela tem o direito de saber tudo, não é. O que eu sou. o que eu pretendo fazer no presente, o que eu fiz no passado. No presente. No futuro especialmente”.⁽⁴³⁾

Era difícil, nessas circunstâncias, criar uma Cooperativa, como quis o Diretor, em 1964. A criação da Cooperativa foi imposta, como foi imposto ser sócio dela.

“Foi uma obrigação que a Confederação impôs ao colono: só podia ser colono se fosse sócio da Cooperativa. Isso já foi uma coisa para mim que quase um erro, porque o homem é liberto. Ele aceita coisa de vontade dele; não é obrigado, não é?”.⁽⁴⁴⁾ “Foi um negócio assim que ninguém sabia o que era, não é. Foi formado assim sem ninguém saber o que era”.⁽⁴⁵⁾

Na segunda tentativa, houve mais cuidado em explicar o sentido da cooperativa e preparar o terreno. Mesmo assim não ficava claro.

“É uma história tão grande se falando sobre cooperativa. E o camarada fala vida toda de cooperativa, e ainda tenho que falar de cooperativa e quase ninguém entende que é cooperativa”⁽⁴⁶⁾

“Eles explicaram certo, mas que o. o atraso é grande. O camarada nascido e criado dentro dessas matas. sem sair nem numa cidade, às vezes, para ver se achava um negócio assim. O pessoal explica. explica certo, mas ele não entende. É assim: uma pessoa, um doutor vai conversar no meio de um bocado de caboco. bem, se quando ele é bem bacano, ele lá. ele fala logo grosseiro, mas às vezes vai falá, ele diz umas palavras, como se diz, de conversá em reunião mais nós. Depois

(43) Ibid.

(44) NAEA-PHOR. Entrevista N.º 1.

(45) NAEA-PHOR. Entrevista N.º 4.

(46) NAEA-PHOR. Entrevista N.º 2.

um pergunta a outro: “o que é que ele diz?” “eu não sei não” Ele falava bem bacana, que ele tem que saber. Mas nós não sabia o que é que era. Ele dizia lá monte de dizer que nós não. não é do nosso português”.⁽⁴⁷⁾

Mas não basta entender — precisa ainda participar — ou precisa participar para entender. Os depoimentos dão impressão de ter existido tanta inibição nas sessões da cooperativa! O povo falava na saída da reunião, comentava, discordava, mas, na reunião, era o silêncio.

“Tinha muita gente que num falava. Eu até, eu disse umas. umas vez que as reuniões, aqui, de cooperativa... (eu disse para o INCRA) era uma oração dos crentes. Orá, que tem um sozinho falando e os outros: Amém, Amém. Desse jeito era as reunião quando eu cheguei aqui. Ele ia explicá; é assim, assim, assim. E a turma só: sim! é! amém!. Bem, os crentes pode saber o que é que o outro tá dizendo, mas nós não sabia”.⁽⁴⁸⁾

Efeito do controle social exercido pela autoridade, inclusive através de manipulação das categorias morais do bom e do mal?

“Agora teve gente que disse que eu era doido. Como o Enilson Rocha disse para mim. Procurou pra mim se eu me achava, que eu era um bom colono aqui dentro. Eu disse: Seu Enilson, o homem que lhe indicou que eu sou um bom colono aqui dentro, ele lhe informou muito errado. Foi muito mal informado porque o mais ruim que tem aqui dentro da colônia é eu e Chico Lima, porque o que eu tenho pra dizer hoje, não deixo pra amanhã”.⁽⁴⁹⁾

Receio de falar em público diante dos outros?

“Muitos falavam, mas. só às vezes de um dois, como lá no escritório. Nesse dia foi só eu mais ele, o Enilson”.⁽⁵⁰⁾

(47) NAEA-PHOR. Entrevista N.º 3.

(48) Ibid.

(49) NAEA-PHOR. Entrevista N.º 1.

(50) Ibidem.

Sentimento de impotência diante de quem tem o poder; convicção de que não adianta? Consciência de estar sendo “enrolado”?

“Explicam. As explicações tá de um jeito, mas pra executar é de outro. Até que um dia veio um chefe aí, e nós conversamos e eu disse pro moço:

— Chefe, quero que o senhor me diga uma coisa.

— Se eu souber, eu lhe respondo.

Eu digo:

— Quero que o senhor me diga se a gente se perde no meio da estrada.

E ele coçou a cabeça e escutou assim. Até que o Messias disse pra mim, disse que eu tava falando que nem Camões, por paráfrase.

Eu digo:

— Não, mas quero que o senhor me diga se a gente se perde no meio da estrada.

Ele disse:

— Depende.

Eu digo:

— Doutor, não depende. Perde sim no meio da estrada.

A coisa mais fácil é se perder no meio da estrada.

Eu disse:

— É a razão de nós tár aqui. Que nós não sabe o que é Confederação, nem sabe o que é Cooperativa.

Ele disse:

— Não, mas aqui tem quem explique.

Eu digo:

— Então são enrolão. Porque, que se explica não vai prejudicar; porque, se ele explica de um jeito, segue pro outro. (Isso eu disse). Então é enrolão porque o que se explica é preciso que, por ali se não vai, não tá certo. Entonce aqui todo mundo tá errado, já vem do tronco, mas tá errado. Porque: vamos fazer essa reunião! Nós fez, mas não vai nunca executado. Não é isso? Toda vida não foi assim?”⁽⁵¹⁾

A prática da vida na colônia, com toda a sua complexidade, as esperanças desencadeadas e as decepções sofridas, deve ter, senão tirado o pessoal nordestino da “estagnação secular”, pelo menos liberado algumas virtualidades. Nem sempre no exato sentido desejável para a instituição.

(51) NAEA-PHOR. Entrevista N.º 1.

O período de 65-71, que o povo relembra com alguma saudade, foi talvez o mais rico em contradições que viriam à tona mais tarde. A Colônia queria ser uma família; o controle da comunidade era forte, e as proteções contra as influências externas rígidas.

Mas a Colônia não ficava imune ao vento de contestação e de contestação política que, por não ter direito de cidadania, não deixava de se alastrar no meio rural. A Colônia se tinha deslocado do Ceará para fugir dos conflitos e os conflitos a perseguiram no Maranhão. Em toda a região do Mearim e do Pindaré e até o Tocantins, como em outras partes do país, grupos despertavam, dentro do povo, para a tomada de consciência de sua exploração e todas as formas de sua alienação. Era difícil à Colônia se fechar a esse movimento, quando declarava objetivos de transformação das mentalidades e de melhoria das condições de vida do homem rural. Planejou-se, em 1968, um curso de alfabetização para os colonos. Foi realizado em duas etapas por jovens do sul, em fins de 1968 e meados de 1969. O método adotado era o conhecido sob o nome de Paulo Freire. Até que ponto os promotores tinham consciência do alcance de seus objetivos, assim formulados: “Desvincular os alunos da visão mágica, mítica e fatalista com que vivem, tornando-os mais livres; introduzir, alfabetizando, um mundo novo — o mundo da cultura —; possibilitar aos alfabetizados uma visão crítica dos problemas que os envolvem, bem como o engajamento consciente nos seus trabalhos e nas entidades de que participem; dar-lhes uma visão de sua posição na conjuntura política brasileira; enfim, fazer com que acreditem nas suas próprias possibilidades e na sua força, capacitando-se para a superação de sua condição” Estes objetivos, pois, são essencialmente postulados de uma transformação da estrutura social, praticamente conflitiva com o compromisso político-ideológico global do projeto inicial e as motivações que o tinham originado. A utilização do religioso como força de coesão do grupo e a cooptação pela administração dos líderes naturais, colocados em posição de mando a serviço dos objetivos institucionais, tinham sido, até então, a tônica do projeto. Como iriam interagir o curso conscientizador e a prática controladora?

Do curso de alfabetização participaram, inicialmente, 26 colonos, mas o número se reduziu à metade. Deu alguns resultados. As conversas com os colonos revelam elementos de análise muito harmonizados com o que se sabe das aulas e aplicados às relações entre direção do projeto e colonos. Assim se expressava um

deles: “Tudo foi aplicado na Confederação e o colono ficou sobrando. Tudo é dos colonos, mas a Confederação tem o pé em cima. O colono fica trabalhando em baixo, sofrendo humilhação” — frase que traduz perfeitamente um esquema visual utilizado pelos professores e encontrado no arquivo da Colônia. Essa nova visão ganhava inclusive a cúpula do projeto, conforme pode se inferir da leitura de um texto escrito, em 1968, por um dirigente: “Nas reuniões que promove em sua atividade de expansão, a CAMGURU é um novo veículo de despertamento da população rurícola para a exploração de que é vítima, dentro de uma sociedade que não reconhece a importância do agricultor, mas que não pode viver sem ele. O lavrador, ao tomar consciência de seu próprio valor, apercebe-se de que as condições em que vive não condizem com a responsabilidade que a sociedade lhe entregou. A sociedade usa-o como instrumento de produção de alimentos e relega-o como ser humano” Pode-se notar, porém, que o dirigente faz a crítica à sociedade circundante, enquanto o colono aplica sua análise diretamente à Colônia que, pra ele, apesar de suas pretensões, não foge substancialmente da estrutura geral da sociedade e é sua imediata exploradora.

“Uma coisa que... muita gente fala e... vê e... sente que... a cooperativa foi criada pela. pela Confederação. Mas é que o os colonos. os associados. — isso alguém deduz — os associados apenas foram. serviram de. de material para a formação da Cooperativa. Inclusive isso eu. . eu discuti uma vez com. o Dr. Ivo mesmo, com alguns. Naquelas alturas a. a Cooperativa. tinha se tornado. não uma. uma entidade dos associados. mas é tinha se tornado apenas um.. um. uma. como é que se diz. um... um.. mediador, não é. Pra Confederação receber alguma. não é, alguma coisa. Ou muitas coisas. E que que estas coisas que a Confederação recebeu.. em nome da Cooperativa, nunca serviu para beneficiar o... o associado. Porque esse equipamento todo, isso é. em nome da Cooperativa, em nome do colono que a Confederação conseguiu essas coisas todas. para beneficiar o colono. o associado!”⁽⁵²⁾.

O problema do acervo de máquinas e equipamentos sempre intrigava os colonos:

(52) NAEA-PHOR. Entrevista N.º 4.

“Tem uma organização — não sei se o senhor conhece. aquele Vizinho Mundial. Ela é uma organização, eu não entendo bem mas ela. ela trabalha no sentido de. de ajudá. Quer dizer que os vizinhos fizeram. bons vizinhos, não é? A sede parece que é em Porto Rico. É. Porto Rico. No início, esta organização deu uma. uma serrariazinha pequena. para o Projeto, deu uma piladorazinha beneficiadora, tinha de arroz também. para o Projeto, no. no sentido de. de ajudá, não é. Montaram a serraria mas. a serraria não funcionou. Hoje o colono pergunta: mas por que essa serraria não funcionou e pra todo lado aí tem serraria funcionando?”⁽⁵³⁾.

Pensava-se, na Confederação, que os sócios da Cooperativa não tinham condições de administrar a Colônia com esse acervo, mas nisso nem todos os colonos concordavam:

“O prazo da Confederação expirou em dezembro de 1974, mas o Dr. Fritsche acha que não tem homens capazes. Eu acho que os colonos tem condições de trabalhá sem Confederação. Nós já trabalhamos e agora temos a experiência de trabalho em grupo. Com o conhecimento que a gente tem, com a ajuda dos órgãos oficiais, a Confederação se afastando a gente não ia sofrer muito”.⁽⁵⁴⁾

Os problemas vividos intensamente no círculo restrito da Colônia, porém, absorveram, talvez excessivamente, a consciência crítica dos colonos, desviando-os de uma participação mais ativa na sociedade local, com exceção de alguns, como o colono citado, que foi um dos fundadores do sindicato rural de Imperatriz.

A cooperativa pretendia se estender a todo o meio rural da região, promovendo reuniões no povoado de Açailândia, que tinha atingido mil habitantes mas que cercaria ainda com a abertura da estrada para São Luiz; tinha a vista voltada também para o ramal de Coquelândia, onde, segundo o artigo citado, “mais de 3.000 pequenos agricultores dedicam-se à agricultura de arroz e extração do babaçu, numa dependência total dos atravessadores”

(53) *Ibidem*.

(54) NAEA-Pesquisa «Belém-Brasília» Ficha de Entrevista N.º 41.

Essa meta não foi alcançada. No fim de 1970, a Cooperativa contava com 243 associados e não tinha pssado de 257, um ano mais tarde.

Não havia “espírito cooperativista” — e não podia haver, neste quadro tutelar — e alguns se aproveitavam isoladamente dos benefícios, sem contribuir para a vantagem coletiva. Não existiam, aliás, condições objetivas de sucesso para o cooperativismo em tão precárias condições econômicas. A colaboração, tão espontânea, quando se tratava de colaborar com um doente, com um vizinho atrasado na sua roça, se tornava totalmente voluntarista, na cooperativa. Nas condições de vida dos lavradores, a convergência dos interesses individuais com o interesse coletivo, base realista do sucesso, não tinha nenhuma evidência.

“Teve um deles que tirou, nesse tempo, do dinheiro do Banco. Teve gente que tirou. Nós tudo era chegando, tudo atrasadinho numas taipazinha, sem porta, pro vento passar. Antes de pagar, vamos. mandá fazer uma porta, tampá a casinha, porque nós tamos na chuva. Mandou fazer um rádio pra usá. Aí quando foi no dia de pagar no Banco, o arroz não deu. Mas por quê? Já tinha tirado pra fazer porta. fazer mesa. comprá um rádio. Aí o arroz não deu de pagar. Aí aquele que ficou no aberto, sem rádio... sem bicicleta, sem um relógio. levou o arroz e não pagou. Será que eles são justo os dois? Ele ficou sem nada e pagou a conta dele certa, lá ficou sem nada. E o outro. prá ficá com o rádio, o relógio ou a bicicleta. a casinha empportada, não pagou a conta pra Cooperativa pagá o Banco, eu acho que ele foi mais bem. bem beneficiado de que. aí tirou e voltou”⁽⁵⁵⁾

Os poucos colonos que alcançaram condições melhores são os que arranjaram terras fora da colônia, não se sabe por que meios se tornaram médios ou grandes proprietários de, respectivamente, 249 ha, 445, 490 e 1346 ha. Os colonos ficaram com lotes variando de 24 a 100 ha. Eram conscientes, em 1975, de não poderem resistir muito sem serem absorvidos. Já tinham experiência, conforme contou um deles:

“ .eu fui na abertura da estrada em 58; aí nós tiremos uma posse de terra aqui na estaca 1.600 da Imperatriz

(55) NAEA-PHOR. Entrevista N.º 3.

pra cá e trabalhamos, lá uns 2 anos, e foi o tempo que começou a entrar gente da Bahia, da Minas. Eles chegaram dizendo que aquela terra já tinha requerido há 3 anos, antes da abertura da estrada! Já tinham requerido ao governo, e foi a causa que quase todos que habitavam na estrada vender muito barato para os baianos e sair para outros lugares. Não eram muitos não; mas eles compraram as áreas de quase tudo que tinha ali na beira da estrada” (56)

Para eles, a Colônia vivia seu fim:

“ .a Colônia tá se acabando. os lotes daqui vai ser vendido, viu? E os colonos velhos vão s’imbora e a colônia se acaba. A primeira nossos lotes tá se acabando em capim nós não tem condição de comprá gado prá botá dentro. Madeira dentro dos nosso lote num tem prá gente cercá lote aqui dentro; dinheiro nós num tem pra comprá arame nem madeira prá cercá; e o pedaço que nós tem, nós vende proque nos qué terra de capim, um jeito de fazê um cadastro no Banco e cercá só prá alugar prá seu Fulano, num adianta porque nós fica sem nada. E. pra quê? O jeito que nós temo é pegar ele, vendê e Deus ajudará que nós cace um lugarzinho melhó prá nós comprar de novo prá pode trabalhá na roça em outro lugá” “ .eu peguei o meu lote e vendi. Entonce eu chego lá (no Banco) e digo: “Olha rapaz eu vendi o lote, vamo cancelar o negócio”

.Eu vendi o lote, eu vendi pru rapaz. Ele me deu 10 milhões. Também só quis mesmo isso. ele vai plantar capim e criar gado, que ele é baiano. Com esse meu aqui é 3. Ligado um ao outro”.(57)

Um ex-colono traduziu assim sua experiência:

“Não quero mais entrar em Colônia ou em Cooperativa. Só quando Cristo voltar para o milênio e vai fazer Cooperativa. Se todo o Brasil se tornar Colônia, eu saio para outro País que não tem colônia”.(58)

(56) NAEA-PHOR. Entrevista N.º 2.

(57) NAEA-PHOR. Entrevista N.º 1.

(58) NAEA Pesquisa «Belém-Brasília» Ficha de Entrevista N.º 46.

4. A MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA: PROJETO E PRÁTICA

O projeto inicial de colonização tinha por meta “melhoria do nível de vida da família pela fixação do homem à terra e a realização de agricultura racional”.⁽⁵⁹⁾ Tencionava-se fugir do nomadismo e do manejo predatório das terras, adotar a mecanização, o uso de insumos e técnicas modernas, aliado a medidas conservacionistas, à introdução de culturas novas e diversificadas de mais alto rendimento, e da pecuária. O que era subjacente, nessas metas, era a proposta de formar pequenos empresários rurais organizados em forma cooperativa. A idéia se vinculava à elevação do acervo tecnológico e à formação de uma mentalidade inovadora que aceita o risco. Como vimos acima, essa orientação foi objeto de obrigação no contrato firmado entre a CEB e o Banco do Maranhão: os primeiros diretores fizeram questão de seguir essas diretrizes.

O lavrador correspondente ao modelo preconizado deixava de ser camponês, que trabalha com a força de trabalho puramente familiar. O uso de maquinário só se justificava em áreas várias vezes maiores do que as utilizadas no sistema tradicional. Efetivamente, desde o ano agrícola 65/66, a área média cultivada por lote era de 6,5 ha e foi crescendo, até alcançar 9,5 ha, no ano 69/70, segundo a série quinquenal tabelada no Plano de Consolidação. Como o equipamento era pouco diversificado, não dava conta de todas as operações do processo agrícola: servia, sobretudo, para arar e gradear, mas deixava na dependência de força de trabalho suplementar para derrubada e encoivramento, capina e colheita. Essa mão-de-obra era constituída por parentes, agregados ou trabalhadores agrícolas recrutados em Imperatriz. Para manter, ao longo de anos, esse tipo de lavoura intensiva, que não permitia a rotação de terras (chegavam a cultivar, ao mesmo tempo, um quinto ou um quarto do lote), impunha-se o uso da adubação e de outros insumos químicos.

A mecanização fazia, portanto, mais complexa a organização dos trabalhos e transformou as tarefas do próprio colono, agora, pequeno empresário. Implicava, ainda a necessidade de um capital de giro mais considerável, para atender ao aluguel das máquinas, compra de adubos e manutenção dos agregados e o salário dos empregados. Embora os trabalhadores que vinham pa-

(59) Gurupi — Plano de Consolidação, citado.

ra a colheita preferissem, às vezes, ser pagos em produtos do que em dinheiro. A mecanização comportava, desta maneira, o recurso ao crédito bancário, só possível através da Cooperativa para quem não possuía o título da terra. O padrão que era, portanto, imposto ao agricultor tornava-o dependente de um conjunto de pessoas ou de instituições sobre os quais detinha pouco poder.

Ao término de doze anos, após algumas tentativas de mecanização e um interlúdio de produção intensiva de tomate, a Colônia sobrevive na base de produtos de subsistência (arroz, milho, mandioca e feijão), explorados segundo métodos tradicionais; o maquinário está parado nas oficinas; e quando se sonha algo diferente, é a pecuária. Quando se pensa ter percorrido uma etapa importante — a titulação dos lotes — os colonos falam em vender e ir-se embora. Como interpretar o “fracasso”? Solo inadequado? Má administração? Resistência cultural? Falta de “mentalidade empresarial dos colonos”? Problemas de comercialização? Falta de acompanhamento técnico? Ou por um pouco de tudo isso e mais alguma coisa? As análises dos projetos agrícolas costumam apontar essas variáveis. Elas foram objeto de avaliação nos relatórios sucessivos e nos estudos promovidos pela Colônia e convém examiná-las; cabe, porém, não esquecer que, por trás de tais explicações, existem causas mais profundas.

É bem verdade que a área da Colônia não foi escolhida em função de suas particulares qualidades de fertilidade, a não ser com base no preconceito global de “terras férteis da Amazônia”. O critério foi a disponibilidade de uma faixa de terra ainda não ocupada. Nem houve levantamento geológico preliminar. O estudo do IPEAN, já citado, informa que os resultados da análise de 29 amostras, que apresentaram de elevada a média acidez, sendo apenas um de acidez fraca (Ph 6,2) e onze com Ph variando entre 3,7 e 4,0; quase todas atestam deficiências em fósforo assimilável, potássio e nitrogênio; oito solos analisados são classificados pelo IPEAN como de baixa fertilidade e apenas dois de boa fertilidade⁽⁶⁰⁾.

A partir de 1965, adota-se um programa sistemático de introdução de inovações. Cria-se um campo experimental, em convênio e sob a orientação do IPEAN. Ali são experimentadas, de 1965 a 1968: grande variedade de hortaliças, cacau, eucaliptos,

(60) Confederação Evangélica do Brasil. Plano Básico de Desenvolvimento, citado.

pinho, seringueira, dendê, gramíneas; em 68/69, tenta-se café, cana-de-açúcar, caju e mogno. São mormente culturas permanentes e de bom rendimento. São feitos testes de espaçamento e de adubação. O arquivo da Colônia evidencia a soma de estudos teóricos e práticos acumulados pela equipe de voluntários, neste espaço de tempo. Depois de 1972, entretanto, com a saída do Dr. Ivo, o campo experimental caiu no abandono e foi invadido pelo capim colonião, em 1975, permanecia cultivado um pequeno pimental de 70 pés, trabalhado pelo Coordenador e que, nos três últimos anos, teria dado, sem adubação e inseticidas, 500 quilos de pimenta.

Acompanhando as obrigações formuladas no Contrato de Concessão, os diversos planos não vacilaram em atribuir ao fator tecnologia uma boa parte das mudanças econômicas necessárias para elevar a condição dos colonos. Chegou-se, de fato, a destacar áreas relativamente importantes e a usar arados e grades, quer sejam alugados da Confederação, quer sejam adquiridos por conta própria. O uso dos equipamentos da Confederação encontrou, porém, dificuldades:

“Há dificuldade aqui pra nós arar a aterra, porque só arava fora do tempo né, e às vezes quando. nem arava terra porque o trator era da Confederação e às vezes não mandavam no tempo certo, e a gente perdia às vezes até a aração”.⁽⁶¹⁾

Mas o uso da mecanização nunca foi generalizado e não persistiu. Um entrevistado explica-se desta maneira:

“Quer dizer que nós vamo aradá esse terreno aqui. Um trator pode vir aradá pra nós uma hora, pra nós pagá 200 conto. Quem é que aguenta, o pobre? para trabalhar assim com terra mecanizada?.. Num pode não. Então é a razão da gente não trabalhá com terra mecanizada porque num aguenta”.⁽⁶²⁾

Quanto ao uso do adubo, ele podia ser compensador apenas em cultivo de alto rendimento comercial. Cálculos encontrados na Colônia indicam que os custos/ha em adubos, inseticidas e fungicidas correspondiam ao valor de 8½ sacos de arroz; somando as despesas com a cooperativa e a administração do Projeto

(61) NAEA-PHOR. Entrevista N.º 2.

(62) NAEA-PHOR. Entrevista N.º 1.

para uso de equipamentos, o custo complementar do cultivo mecanizado se elevava ao equivalente no valor de 13 sacos. A operação era pouco compensadora, confirmando a opinião dos próprios colonos.

“Saiu um pelo outro. Aumentou mais. mas o gasto foi mais, igualou né? O que aumentou na produção, aumentou na despesa. Entonce ficou sempre igual do jeito que tava” (63)

“Botar adubo nessas terras daqui, uma terra às vezes que tá nova, não é tanta vantagem: porque eu fiz um experimento num pouco chão com adubo e outro sem adubo. E o que passou na terra adubada que o legume saiu mais melhor, com mais vantagem; os tanto de saco que passou, não deu de pagar o adubo pro outro, não é. Eu arei 3 hectares e eu tinha roça no mato com toco né. E esse pedaço que eu arei, destoquei, a uma parte — uma hectare e meio — eu botei adubo e outra hectare e meio não botei adubo”.(64)

Nisso concordavam com as conclusões do IPEAN, segundo o qual a adubação se revela anti-econômica para o plantio de arroz em terra firme⁽⁶⁵⁾.

Sem adubo, entretanto, a produtividade das culturas de subsistência era baixa. Dispõe-se de informações sobre o cultivo dos anos 67/68 e 68/69. Em 67 foram plantados nos 29 lotes: 90 ha de arroz, 78 de milho, 38 de mandioca e 6 de feijão. A produção média foi de 1.160 k/ha, em 1968, e de 1230 k/ha, em 67 para o arroz; de 731 e 652 k/ha, respectivamente, para o milho, de 757 e 1.105 k/ha, para a mandioca. O relatório da Consultoria MONTOR, que faz referência a esses dados, indica que a produtividade mínima registrada para o Maranhão como um todo, segundo dados do IBRA, era de 1.200 k/ha, para o arroz e o milho, e de 1.000k/ha, para a mandioca. O que mais afeta negativamente, porém, a cultura de subsistência é o baixo preço ao produtor. É só ouvir o uso que vai fazer dos seus dez mil cruzeiros o colono que vendeu seu lote:

(63) *Ibidem.*

(64) NAEA-PHOR. Entrevista N.º 2.

(65) Condurú, JMP — Principais culturas da Amazônia, recomendações do IPEAN, Belém, IPEAN, 1965.

COLÔNIA AGRÍCOLA DE GURUPI
 ÁREA CULTIVADA E EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO
 1965/1970

Ano Agrícola	N.º de Lotes	Área Cultivada (Ha)		Valor da Produção (Cr\$ de 1970)			Evolução do Valor	
		Total	Média/ Lote	Total	Média/ Lote	Média/ Ha.	Por Lote	Por Ha.
65/66	12	78	6,5	46.345	3.862	594	100	100
66/67	18	153	8,5	82.877	4.604	541	119	91
67/68	30	252	8,4	152.885	5.096	606	131	102
68/69	38	358	9,4	227.726	5.992	636	155	107
69/70	50	477	9,5	335.617	6.712	703	173	118

FONTE: CEB — GURUPI — Plano de Consolidação — 1971.

“Eu vou ficar calado com ele, pra eu compra arroz no tempo. É, quando ele der dinheiro. Dá muito mais resultado. Olha quem faz a roça, pra quem compra é na meia, quem compra. Você pode ficar ciente que é. Só se ele não tem condições de esperá, mas se ele tirar é meia e às vez sai mais de meia”.⁽⁶⁶⁾

A cooperativa nem sempre é uma resposta a esse problema. Pelo menos não o foi no caso em estudo. Segundo o relatório de fiscalização do INCRA, que culpa um funcionário colocado pela CEB à disposição da Cooperativa, “o qual além de outros atos de coação, vinha promovendo o controle da comercialização de produção sem a necessária prestação de contas”.⁽⁶⁷⁾

Os técnicos do Projeto incentivaram a fruticultura, no que tiveram alguns seguidores, se crermos no depoimento de um informante que abandonou a Colônia, deixando: 150 pés de laranjeira, 150 pés de tangerina, 25 de lima, 22 de jaca, 200 mangas, 500 caju, meia linha de banana, além de 4 linhas de terra mecanizada. Mas fora 3 ou 4 colonos, a fruticultura se limitou à banana — bastante difundida — abacaxi e laranja.

A cultura, porém, que despertou maior interesse foi a do tomate, a “cultura-revelação” do ano 68/69, segundo um relatório do administrador. Foram 22 colonos que o cultivaram em 68/69 e 69/70. A produção atingiu 83 toneladas, no primeiro ano, e aproximadamente 100, no segundo, crescendo ainda nos anos posteriores. Alguns produtores plantaram mais de 10.000 pés. Segundo estimativas de lavradores, sujeitas a restrições, chegou-se a exportar numa semana mais de 1000 caixas de 25 quilos. A Colônia pensou dominar o mercado de Belém, onde o tomate era comercializado por um japonês, mas aí vem novamente o problema da comercialização, a intermediação e as oscilações de preço. É só ouvir de um dos maiores produtores da Colônia sua compreensão do negócio:

“Tirei adubo, tirei inseticida, comprei uma bomba. tá bem aí. . Deu uma base de 600 contos; eu tinha um sócio: eu tirei trezentos e pouco e ele tirou 270. Agora a venda foi que deu baixa por causa de tê muito tomate nessa época. O preço no mercado de Belém. Era um

(66) NAEA-PHOR. Entrevista N.º 1.

(67) Relatório de Avaliação — INCRA, 1973.

homem só que comprava esse e todo tomate da Colônia. Ele recebia e vendia; tirava o dele e mandava. Ele nunca perdeu; o lucro dele era certo; se ele vendesse por 50, ele tirava a importância, se vendesse por 30... Mas o dele era sagrado. Bem, e nessa época desse tomate deu um preço muito baixo, que tinha bastante tomate de inverno. Deu baixo, mas que não tive prejuízo; tirei saldo. Comprei alguma coisa para casa; comprei a bomba de pulverizá. Aí quando foi neste no verão, foi que eu tive prejuízo”.⁽⁶⁸⁾

O colono tinha plantado 11.000 mudas de tomate de verão, em duas linhas de terra. Emprestou o motor-bomba da CEB para irrigar; foi quando o motor pifou; o mecânico levou a bomba que não foi consertada. O tomate acabou.

“Tirei um pouco, paguei o adubo que eu tirava financiado da Cooperativa. O adubo só. O ano passado não quis plantar; este ano também não. Tenho uma roça queimada. Vou pra roça de novo, porque foi onde fiz alguma coisa. Pagava minhas contas aqui, era com arroz e milho”.⁽⁶⁹⁾

Segundo um outro colono, que não passou de simples experimento de 500 pés:

“O maior prejuízo que houve aqui na Colônia foi de plantá tomate. Porque a cultura de legumes, arroz e milho acabou. A maioria só queria trabalhá com tomate; e o tomate pode ajudar e pode fracassar duma vez, né? Tem deles aí endividado, devendo ao banco e à Confederação e à Cooperativa, sem condições de pagar; colonos que está vendendo lote para poder pagar as contas que está devendo por causa do tomate”.⁽⁷⁰⁾

Os depoimentos todos convergem tragicamente:

“Tomate eu não tive resultado; tive é prejuízo. Quando eu gastava 1 milhão e 300 aqui em tomate, o dinheiro que eu tirei foi 400 cruzeiros. Comprando adubo e no

(68) NAEA-PHOR. Entrevista N.º 3.

(69) Ibidem.

(70) NAEA-PHOR. Entrevista N.º 1.

serviço do tomate, né. Comprar adubo de 240, quase 200 contos um saco. E a gente trabalha com ele e quando é no tempo, cadê o resultado? Não tem”.⁽⁷¹⁾

Depois do tomate, as esperanças se voltaram para a pimenta, que a doença expulsava do nordeste do Pará.

O caso do tomate é bem ilustrativo dos problemas que o pequeno lavrador encontra, quando quer passar da cultura tradicional para a cultura comercial: houve doença da planta (mocha bacteriana), incidente técnico da bomba, dificuldade de conseguir ou de renovar após fracasso um financiamento bancário, exploração do intermediário; e o problema mais crucial da escala de produção associada ao respaldo financeiro. O tomate de São Paulo compete pelo preço, em Belém, com o frango, produzido na grande Belém; como a laranja, como a cachaça.

Problemas de escala de produção, problemas de comercialização. a resposta está no cooperativismo, dizem os técnicos. Na condição que a cooperativa também seja do sul. ou sua filial ou sua associada, como a sempre citada Cooperativa dos Japoneses no Pará.

É que nunca se pode pensar Colônia ou Cooperativa sem identificar: de quem e para quem? E sem recordar a existência da divisão de trabalho na agricultura e quem a faz em proveito de quem. É, obviamente, o Capital que distribui os papéis, porque só ele tem condições de cobrar o seu desempenho; é ele também que rege a distribuição da tecnologia, do crédito, dos preços, da cultura, do alfabetismo... e até da saúde. Não tem campo que não seja por ele dominado e dividido. Não se quer ceder ao viés da redução, operando um corte retilinear que transpassa todos os campos. A divisão não é feita no esquadro, e existe uma franja, uma margem de liberdade do qual se beneficiam indivíduos, experiências ou projetos. Quer dizer: há pobres com excelente saúde e ricos de compleição frágil; há gente instruída vivendo na miséria e há analfabeto latifundiário; há minifundistas que recebem crédito e colonos que progridem, graças ao uso da tecnologia moderna. Vimos inclusive, um que se tornou latifundiário. Em geral, porém, o colono é para plantar arroz e milho, e não é por acaso que nisso ele “sucede” — tomate não era para o colono de Gurupí, é para quem é integrado a uma rede de pro-

(71) *Ibidem.*

dução e comercialização apoiada no capital. Não estava no poder da Confederação assegurar ao colono essa integração, que só é concedida mediante submissão às normas do sistema e dentro dos limites de tolerância de sua reprodução. O que lhe era facultado era fazer um “experimento”, nada mais, — sem continuidade.

Acontece, porém, que feito o experimento, e não sendo liberada a marcha para frente, torna-se impossível voltar atrás. A terra mecanizada não acolhe mais o lavrador de machado e fósforo ela não produz mais capoeira para seu repouso durante o prazo de rotação; produz capim para botar gado. Ela se vende ao fazendeiro.

5. AS DIMENSÕES DO PROJETO

A análise do Projeto de Colonização do Gurupi envolve dimensões que dizem respeito ao ambiente ideológico global dentro do qual ele surgiu e dimensões mais específicas, relacionadas com a ideologia das missões empenhadas no Projeto. Às primeiras concernem mais precisamente o momento político do País, nos primeiros anos de 60; às segundas, uma certa visão cristã do desenvolvimento do homem e de seu desempenho econômico.

Durante as décadas de 1950 e de 1960, a Amazônia passou a ser considerada como variável significativa na equação dos problemas nacionais. A “integração nacional” era apresentada como um objetivo da nação, segundo o qual cada região devia assumir o seu próprio papel e cumprir a sua “vocaçãol” As pressões de todo tipo — demográficas, econômicas, políticas — que afetavam em forma diferente o Centro Sul e o Nordeste do país deviam encontrar na grande região mal explorada uma válvula de escape. Nordeste, Pré-Amazônia e Amazônia seriam complementares. Os conflitos sociais que se exacerbavam no Nordeste, ameaçando os interesses estabelecidos, encontrariam soluções na Amazônia. Na realidade, tratava-se de uma nova divisão regional — e social — do trabalho.

Francisco de Oliveira, num estudo recente, tem muito bem lembrado alguns dos aspectos dessa ameaça representada no cenário nacional e internacional. “As forças populares do Nor-

deste evidentemente ainda não tinham conquistado as alavancas do poder econômico, mas caminhavam no sentido do controle político, e mais, o que é muito importante: estavam impondo sua hegemonia cultural, se assim quisermos chamar, ou sua hegemonia ideológica, ao nível das instituições da superestrutura”.⁽⁷²⁾

O autor aponta as organizações que contestavam o sistema de relações sociais de produção, como as Ligas Camponesas e certos Sindicatos rurais, os grupos que preconizavam a reforma agrária, e os movimentos que tentavam revolucionar os métodos burgueses de educação, na linha, por exemplo de Paulo Freire. A contestação encontrava em setores significativos das Igrejas, sobretudo da Igreja Católica, predominante na região, um amplo apoio e, em certos casos, iniciativas de vulto — o que não deixava de preocupar, profundamente, os defensores da situação. Esses não se limitavam à oligarquia agrária nordestina e ao latifúndio em geral, mas incluía a burguesia industrial do Centro Sul e, no exterior, os representantes e beneficiados do capitalismo.

A “Elegia para uma Re(li)gião” documenta com precisão os temores suscitados, nos Estados Unidos, pela evolução política do Nordeste. Relata a interferência da administração Kennedy naquela região, exatamente nos campos onde se concentrava a ameaça: organizações de classe e educação de base. É a época da Aliança para o Progresso e de seus programas, da USAID, da disseminação do Corpo e Paz com seus voluntários — tudo envolvido numa “mística” por meio da qual conquistava simpatias e colaborações, notadamente das igrejas americanas. Poder-se-ia muito bem achar um correspondente da atuação norte-americana no comportamento dos países do bloco ocidental da Europa, particularmente através dos seus partidos e sindicatos cristãos e das igrejas, também inquietos com os possíveis rumos da ação política do Nordeste. Esses setores exteriores passaram a patrocinar, com grandes recursos, numerosos programas assistencialistas, privilegiando o Nordeste brasileiro, não em função de suas necessidades, que não se diferenciavam substancialmente das de outras regiões, mas sim de seu potencial explosivo. O objetivo comum dessa repentina convergência de programas “sociais” era precisamente desativar a carga explosiva de insatisfação popular e re-orientar, num sentido consentâneo com os interesses

(72) Oliveira, Francisco de. *Elegia para uma re(li)gião: SUDENE Nordeste, Planejamento e Conflito de Classes*, 2.a Ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977. Cap. VI.

do capitalismo, a luta das classes tanto urbanas como camponesas. É muito sintomático que a “ajuda” externa, mesmo (ou sobretudo) no caso de um programa com apoio tão oficial, como a Aliança para o Progresso, tenha utilizado canais indiretos como os Estados (em vez do governo Federal, como teria sido correto) ou as Igrejas.

Esses tempos coincidiram com os inícios da SUDENE que, criada em 1959, já se apresentava como um campo de luta de influência entre os diversos grupos de interesses e, por isso, não fugia a ambigüidades. Enquanto as forças populares pressionavam no sentido de mudanças estruturais, as forças reacionárias apoiavam o projeto de “integração nacional”, ou seja, de expansão do capitalismo às dimensões do Brasil, tentando esvaziar a ação dos movimentos populares.

Na perspectiva da integração nacional, a Amazônia começava despertar ainda grande interesse para o Centro Sul, simultaneamente como reservatório de recursos naturais de todo tipo e como imensa área de terras devolutas. Testemunha esse interesse a rodovia Belém-Brasília que, juntamente com a Brasília-Acre, ligava a região ao Centro-Sul. A ocupação humana e o povoamento, como forma de interferência do Estado através da administração de metade do território nacional à órbita do capitalismo.

Assim, a abertura de uma nova fronteira, adotada como solução às tensões sociais do Nordeste, serviria de quadro legitimador tanto para o adiamento de reformas estruturais, postuladas naquela região, quanto para a penetração do capitalismo na Amazônia. O planejamento se encarregaria da orquestração desse quadro e contava, por isso, com a SUDENE, e a SPVEA, posteriormente SUDAM, com suas equipes técnicas.

O pós-guerra e o estreitamento das relações de dependência com os Estados Unidos valorizavam sobremaneira o planejamento, como forma de interferência do Estado através da administração pública. As equipes de técnicos, que ascenderam à posição de assessores e administradores em posse de instrumental científico moderno e de alguns segredos do pensamento desenvolvimentista, chegaram na hora certa para oferecer base racional e argumentos legitimadores à alternativa amazônica.

Difundiou-se, então, a ilusão — meio consciente em muitos dos seus seguidores — de que a Amazônia era região de futuro

e que seu futuro poderia ser “diferente” Diferente do que se tinha verificado no resto do país: uma região onde poderia se recomençar a história e criar estruturas novas. A floresta seria explorada racionalmente, graças aos levantamentos da FAO, e não se repetiria a destruição irresponsável da mata do Paraná. A pecuária fugiria do modelo de criação à solta de animais rústicos. Os fluxos migratórios seriam, senão dirigidos, pelo menos orientados. A ocupação do espaço, em vez de ser desordenada, obedeceria a critérios de distribuição funcional dos assentamentos. Nesta Amazônia nova não poder-se-ia repetir a violenta concentração fundiária que outros contextos históricos tinham provocado no Nordeste e no Centro Sul. Ela poderia se constituir num espaço aberto para um campesinato próspero, para pequenos e médios proprietários. Isso tudo tinha um nome: Colonização.

Em vez de transformações das estruturas sociais nacionais, no seu conjunto, planejava-se para a fronteira melhoras que não afetassem as estruturas arcaicas do Centro. Por que tocar em estruturas, desiguais e opressivas é certo, mas tradicionais, enraizadas e coerentes, quando o país oferece recursos imensos capazes de dar terra, emprego, renda e até autonomia no trabalho para os oprimidos que delas querem se libertar? Os custos econômicos e sobretudo sociais da alternativa eram mostrados como bem menos elevados, e só isso bastava para recomendá-la. O dilema reforma agrária regional no Nordeste versus colonização extra-regional na Amazônia apresentava-se, neste contexto ideológico, dividindo profundamente a opinião, segundo nítidas linhas de classe — e a essa divisão não fugiam as Igrejas, não obstante suas pretensões supra-classistas. Não se tinha, na época, as repetidas experiências posteriores que desmentem o mito do “isolamento” da Amazônia e comprovam o grau de dependência da fronteira em relação ao conjunto do sistema. Era ainda possível “idealizar” a integração nacional, a união na diversidade.

A colonização apresentava-se como uma alternativa realmente conservadora, mas aparentemente inovadora — ou seja reformista. Seus pressupostos críticos (o direito de todos à terra), que passavam nos meios conservadores como bastante audaciosos, e o aparato técnico moderno do qual se recomendava ofereciam para a manutenção das estruturas elementos legitimadores aceitáveis por correntes pseudoliberais.

Projetos de colonização amazônica a favor das populações rurais no Nordeste eram, portanto, suscetíveis de encontrar boa aceitação e apoio. Apoio dos setores tradicionais das classes dominantes nacionais que viam neles uma forma de afastar uma reforma agrária exigida pelos trabalhadores do campo e defendida publicamente por grupos intelectuais, técnicos, políticos e religiosos, que se valiam, inclusive, da recomendação de instituições internacionais. Mas apoio também de frações ditas liberais, nacionais e internacionais, entre elas setores “sociais” das Igrejas cristãs menos ligadas aos camponeses que lutavam pela reforma. A opção pela colonização era, conscientemente ou não, uma opção ideológica. Para essas correntes, insensíveis às contradições do modelo alternativo, a garantia do bom êxito residia na clareza dos objetivos e na qualidade do planejamento; em sentido contrário, os fracassos seriam mormente atribuídos a erros de planejamento e de administração.

Toda a atuação das entidades envolvidas no Projeto Gurupi foi marcada por essa visão funcionalista. Um rápido levantamento do arquivo da Colônia ilustra a importância dada a projetos, planos, avaliação e reformulações, tanto da parte da Confederação Evangélica, quanto do Conselho Mundial das Igrejas e de organismos internacionais de ajuda ao Terceiro Mundo. Percebe-se, igualmente, o valor dado à gestão administrativa na avaliação; boa parte das críticas são dirigidas aos administradores e gerentes, como é regra, aliás, na avaliação das colônias fracassadas. Daí em período de crise demitir-se o gestor e substituí-lo por outro em que se põe excessivas esperanças as coisas podem até melhorar durante certo tempo, mas sobrevêm novas crises e novas demissões. Não se pode fugir da pergunta: por que essas crises repetidas? quais as contradições por elas evidenciadas?

Hoje, depois de acumuladas experiências, não é mais possível desconhecer a impossibilidade de criar na Amazônia um modelo não (ou simplesmente menos) concentrador da terra, como se a Amazônia fosse um enclave ou outro país. A tendência do sistema é se expandir, ampliando seus mecanismos de reprodução. A concentração é mola que atua nele todo, como tão fartamente documentado em inúmeras pesquisas sobre renda, acumulação de capital, estrutura fundiária. Um modelo dual, concentrador aqui, igualitário ali, é inviável numa economia “integrada”. O isolamento de um projeto dirigido pode no máximo durar até a sua emancipação durante o período onde é cercado de

mecanismos de proteção e vive num regime jurídico-administrativo de exceção. Mesmo assim, essas salvaguardas são bastante frágeis e não podem oferecer senão resistência limitada às pressões externas. Em 1976 a Colônia de Gurupi representava uma ilha minifundista de 3.000 ha, num Município latifundista de 1.335.000 ha, cujo índice de concentração alcança 0,75⁽⁷³⁾. As grandes colonizações maranhenses vizinhas, como a COLONE e a COMARCO, apesar de sua força institucional, não estão sofrendo a violência concentradora? e a colonização Transamazônica? e a Colonização em Rondônia, algum tempo propalada como a bem sucedida?

Registram-se, é verdade, na história da colonização brasileira, exemplos de ocupação fundiária menos concentrada, partes do Rio Grande do Sul, a Zona Bragantina no Pará, Ceres, em Goiás. São efetivamente ilhas de minifúndio, dificilmente recuperáveis pelo movimento concentrador; formaram-se distantes, no seu tempo, dos centros concentradores e em módulos fundiários de 25 a 30 ha muito desestimulantes para a cobiça especulativa. Não era lícito esperar igual felicidade para Gurupi, fazendo dela uma ilha bem protegida? Mas de que serviria? É necessário entender que essas ilhas constituem como um contra-senso incômodo dentro da lógica da concentração e subsistem apenas a favor de circunstâncias peculiares em que surgiram, como "anomalias" então inevitáveis pelo sistema social. O que os colonos porém conseguiram com a propriedade de 25 ou 50 ha? Um benefício que não passa de um direito, de um poder limitado a um pedaço de chão esterilizado, não acompanhado de poder sobre o que poderia tornar esse chão fecundo e rentável o trabalho sobre ele aplicado. Trata-se do poder de utilizar uma tecnologia adequada, de ter acesso ao crédito, de influir no preço. Trata-se, em outros termos, do capital — não do capital-dinheiro ou equivalente, mas sim do capital relação de poder.

Ao lavrador de Gurupi se tem oferecido uma tecnologia mais moderna; ele foi estimulado a usar a mecanização e a racionalizar a cultura. De certo modo, ele foi "privilegiado" face ao agricultor comum; o custo da modernização foi financiado pela Confederação que adquiriu o maquinário, aliás nunca amortizado; a assistência lhe foi proporcionada por técnicos qualificados, e a experimentação foi orientada por uma instituição de reconhecida competência em agronomia tropical. Podia entrar no caminho

(73) Índice de Gini calculado com base no Cadastro dos Imóveis Rurais do INCRA - 1972.

da inovação. Mas essa tecnologia não estava em poder do agricultor. Não somente, nem principalmente porque os equipamentos eram propriedade da Confederação — mas porque ele trabalhava à mercê da tecnologia, sem poder dominá-la, à mercê da disponibilidade de máquinas, do bom estado dos equipamentos, do crédito, do tempo e do transporte, para ter em suas mãos, na hora certa, a semente, o adubo e o inseticida. Tudo isso que nem a Confederação conseguia lhe garantir de maneira satisfatória. Tecnologia, pois, não é só técnica.

A comercialização também não. A Colônia errou contando com a proximidade de Belém, um armazém e um serviço de venda para escoar o tomate em condições favoráveis; tornar a produção da colônia competitiva e fazer desse produto uma cultura rentável. As teorias locacionais iludem, quando não incluem, no seu espaço, a variável poder. Poder de manipulação do mercado, de controle da oferta, de pressão sobre os preços, de ação inclusive sobre a preferência do consumidor

No plano da Colônia, à Cooperativa era reservada uma função essencial, não tanto na produção, mas no crédito e na comercialização. Foi um fracasso! Houve um colono que declarou que o fracasso entrou na Colônia com a Cooperativa. Mesmo assim, apesar dos pesares, talvez tenha sido o melhor do projeto, não em resultados econômicos, mas em frutos sociais e “políticos”. A Cooperativa não é outra coisa que uma certa forma particular de poder organizado e aí reside sua importância. Os comentários volúveis dos entrevistados, no tocante à Cooperativa, demonstram até que ponto ela os concernia e marcou a sua experiência. O fracasso da Cooperativa CAMGURU tem muitos pontos em comum com o fracasso de tantas outras experiências, tentadas na mesma época, na Amazônia, com apoio inclusive do Banco da Amazônia S.A. (BASA)⁽⁷⁴⁾. É um fenômeno que estimulou um certo número de estudos e pesquisas que concluíram em certas causas de insucesso. O caráter artificial das cooperativas é bastante generalizado; a sua criação vem de cima. No caso de Gurupí, tinha ainda caráter impositivo; ela surgiu, como costuma surgir, antes de os interessados terem sentido sua necessidade para resolver seus problemas, antes de eles terem compreendido quais tipos de sacrifícios do interesse indi-

(74) Em 1963, o BASA resolveu criar 83 cooperativas na Amazônia Legal, 40 das quais no Estado do Pará. Em 4 de outubro de 1974, a Secretaria da Agricultura do Pará considerava 21 destas em situação irregular.

vidual merecem a coalisão com vista a objetivos percebidos como sendo comuns. A cooperativa de produção é uma cooperação de classe; ela toma sentido, na medida em que se afirma a solidariedade da classe. Uma vez montadas de fora as estruturas administrativas como na CAMGURU, e indicados os dirigentes, percorre-se o caminho inverso: a busca de motivação. Os meios postos, inicialmente, à disposição da instituição (recursos financeiros, competências técnicas) levam os sócios a repousar excessivamente sua confiança na cúpula da associação. O respaldo econômico do Banco, ou, no caso da CAMGURU, da Confederação, ilude os membros, que aderem por motivos individualistas. A bem dizer, há uma certa contradição entre a colonização dirigida, nos moldes assistencialistas da Confederação, e outros organismos e o Cooperativismo — pelo menos quando este é orientado pela administração da Colônia. Trata-se de dinâmicas diferentes, e isso é mais ou menos reconhecido quando o cooperativismo é considerado na perspectiva da emancipação: a Cooperativa é uma forma de os colonos assumirem por si a organização do seu trabalho e a gestão de sua produção ou a defesa dessa produção no mercado consumidor. O verdadeiro aprendizado do cooperativismo, portanto, se faz em regime de autonomia. O ponto de partida da cooperativa não é, assim, o capital ou o crédito, um presidente instruído ou um contabilista honesto; é a solidariedade da classe. Neste sentido, a inteferência da Confederação prejudicou o desenvolvimento dessa solidariedade. O dano provocado à causa comum era projetado por alguns sócios relapsos como uma forma de compensar a exploração sofrida por parte da Confederação. Afinal, se a experiência da Cooperativa teve pontos positivos, foi apesar da tutela da Confederação que esta foi negativa. O que a Confederação fez da Cooperativa tem ainda a ver com a visão do homem, desenvolvida no seu ambiente religioso.

A Missão Presbiteriana e, posteriormente, a Confederação, tinham sua maneira particular de encarar a Colonização, com base numa certa visão do homem.

No contrato de Concessão existia uma referência ao “colono excepcional, com capacidade e merecimento, como bom exemplo para os outros” Estranha referência neste tipo de documento. Este poderia receber em recompensa, além do seu inicial, um lote vizinho. Aflora aí uma transposição moral de um certo sucesso econômico.

Durante os últimos séculos, religiões cristãs absorvem com singular facilidade e veicularam, para uso dos seus fiéis, uma imagem do êxito muito ligada à tradição econômica liberal. Ela se condensa na representação do esforço, através do qual o homem consegue, senão se tornar rico, pelo menos melhorar suas condições de vida. O esforço é, na vida terrestre do homem, contraparte da graça no seu destino celeste: na vida econômica, nada se dá de graça, tudo se conquista e para tanto o criador tem dotado o homem de aptidões que ele tem por missão desenvolver. Cabe-lhe, portanto, concentrar suas energias em busca do bem-estar, evitando, com igual cuidado, a miséria e a riqueza, uma e outra pouco propícias à virtude. O esforço do homem trabalhador se transforma, moralmente, em merecimento e faz dele um exemplo a ser seguido. A família é o meio privilegiado, onde o homem é ensinado para a prática da virtude e onde encontra sustento para uma vida laboriosa. Na América do Norte e na Europa ocidental, essa visão do homem tem penetrado profundamente, em boa parte através da educação e da pregação religiosa, no meio rural e na classe média das cidades. Ela, naturalmente, não podia encontrar igual aceitação no proletariado industrial. Para o missionário estrangeiro vindo para América Latina, o camponês de sua terra de origem era geralmente tido como o protótipo das virtudes cristãs: trabalhador, autônomo, produto do seu próprio esforço, moderado nas suas ambições, reservado nos seus hábitos, parcimonioso e poupado, precavido contra as influências deletérias do vício. Para o religioso ortodoxo, essas virtudes todas assentam na observância da palavra divina. A comunidade tem por finalidade fortalecer os seus membros nesses princípios moderadores e assume ares suspeitos, quando passa a atentar para os conflitos.

Quanto ao plano de Consolidação, fala de “nova estrutura dentro da qual o indivíduo e a comunidade possam desenvolver plenamente o seu potencial humano de criatividade e de responsabilidade, pensa em termos de harmonia e é possível discernir essa imagem do homem que tem por ideal desabrochar os talentos recebidos. Nos seus primeiros tempos, pelo menos, a Colônia pretendia criar seu próprio espaço para o desenvolvimento da virtude: a comunidade devia ser exclusivamente evangélica. Desde o Ceará que os primeiros colonos se tinham acostumado a conviver, não só no templo e nas reuniões, como também a trabalhar em grupo fechado. Minoritários no seu meio rural, os crentes isolados deviam sentir violentamente a agressividade da comunidade católica; reunidos sentiriam-se mais seguros, mais

defesos. Na Colônia, o diretor, a enfermeira, os professores eram correligionários, quer dizer, não católicos. Acolheram o colono católico, mas foi recusado como diretor o agrônomo católico. A direção deva ficar nas mãos de protestantes para garantir as normas de comportamento certo e manter proibições relativas ao que pudesse desviar o colono de suas obrigações: bebidas alcoólicas, danças, jogos.

A Confederação tem sido mais ecumênica do que a Missão Presbiteriana. Na sua gestão, abrandaram-se as proibições, tentou-se construir um templo que servisse ao católico e ao protestante. Houve, porém, resistência na turma: um dos colonos influentes deixou a Colônia nessa oportunidade e a proposta não foi efetivada.

Não somente a vida pessoal dos colonos como também a própria Instituição eram envolvidas pelo religioso. A divisão de competências entre Missão e Confederação era uma tentativa de secularização do Projeto, mas a distinção se manteve a nível puramente formal, para o povo e inclusive, para os administradores. Esta tentativa evidenciou-se quando o grupo jovem de educadores pretendeu intervir na escola, introduzindo educação física considerada ofensiva aos bons costumes ou leituras profanas como José de Alencar, recebidas como atentado à transcendência da Bíblia.

A identificação numa mesma pessoa do Pastor e do dirigente, nomeado ou eleito, reforçava a docilidade dos colonos, acentuando a base mística do culto à autoridade. Destacou-se neste panorama a figura de um colono, pastor de uma Igreja, promovido pela administração a líder da Colônia. Como pastor, e devido aos seus estudos, era “o homem culto da Colônia” e gozava de prestígio de suas funções de tal modo que serviu muito bem aos objetivos da Confederação — pelo menos até a crise que aprofundou o fosso entre ela e a Cooperativa. Chegou a ser um colono “bem sucedido” dentro dos critérios acima explicitados. Permanece um colono modesto, mas seus filhos terão um futuro diferente.

A função reconhecida à família como meio criador de valores, e em particular o papel conferido à mulher, se percebem através de programas de assistência doméstica. Assistentes sociais promoveram cursos de economia doméstica, tentaram inculcar noções de higiene, ensinaram cozinha, incentivaram a im-

plantar hortas domésticas e criar aves e induzir, sem muito êxito, a adotar uma dieta familiar mais adequada. Preparavam festas fabricando brinquedos para crianças e orientavam para trabalhos manuais. Esse programa, entretanto, realizado por voluntários de fora, entre eles alguns do Corpo da Paz, em campanha relativamente curta, não teve maior aproveitamento. As esposas de administradores reuniam as mulheres na escola dominical que, por arrancar as donas de casa aos seus afazeres rotineiros e criar para elas uma “diversão”, segundo um informante, constituía um ambiente receptivo para transmissão de certos valores.

A intervenção social que teve impacto incomparavelmente maior e mais duradouro foi sem dúvida o ambulatório, que contribuiu em boa parte para fixar as famílias na Colônia.

Desde o início do Projeto, quando grassava a malária, a ajuda do ambulatório foi relevante. O atendimento tem sido sempre excelente, segundo os depoimentos unânimes dos colonos. O grande receio deles era que a enfermeira, D. Maria, saísse, com o afastamento da Confederação. Apesar de uma campanha de denúncia, a nível nacional, contra a propaganda a favor do uso de métodos anticoncepcionais e contra a aplicação de DIU, o prestígio do ambulatório se manteve elevado em toda a região. Independentemente do proselitismo religioso propriamente dito, não há dúvida que esse prestígio tinha repercussões na vida dos colonos no campo dos valores.

O que importa ressaltar quanto a esses serviços, é a sua dependência da administração e da Confederação. Como foi dito, a propósito da Cooperativa, eles também não resultaram da escolha ou da decisão dos colonos; a sua criação, continuação, interrupção ou cancelamento estavam nas mãos da cúpula que monopolizava o acesso aos recursos financeiros. A participação ativa do povo era mínima. O enquadramento se tinha tornado tão geral que não existia uma só associação, uma só atividade organizada emanada da população. Até o jogo era controlado pela autoridade, que só podia discernir casuisticamente dentro dos jogos o que era esporte e o que era vício; o futebol, por sorte, acabou sendo liberado. O controle, portanto, era total como acontece em todo sistema fechado onde tudo converge para uma única direção, quer seja colônia, colégio, fazenda modelo ou em-

presa de mineração. ⁽⁷⁵⁾ Mas tratando-se de uma iniciativa da Igreja, independente, aliás, de denominação específica, o totalitarismo do controle é reforçado pelos valores religiosos dos “fiéis”, que legitimam a autoridade e facilitam a internalização de juízos, permitindo uma fácil manipulação das pessoas. A Colônia constituiu-se num domínio religioso homogeneizador de idéias e comportamentos; o colono desenvolveu, inconscientemente, estereótipos de pessoas (o administrador, o colono, o crente, o líder) ou de comportamentos (o bom sócio da cooperativa e o usuário, o administrador devasso). As lideranças religiosas foram institucionalizadas a nível de lideranças “tout court”, mobilizando lealdades: do líder para com a direção e dos colonos para com seu líder. O condicionamento religioso, favorecendo a passividade do colono, entrou em contradição com o empenho realizado para estimular sua participação. É válido, portanto, se questionar sobre a parte da responsabilidade que cabe à religiosidade na insegurança dos colonos nos momentos de crise e no medo de se comprometer da parte dos membros da cooperativa na etapa de emancipação.

Até que ponto essas contradições eram analisadas quando o programa de alfabetização adotou por objetivos: “desvincular os alunos da visão mágica, mística e fatalista com que vivem tornando-os mais livres?”

Haveria condições para a formação destes camponeses “mais livres” para organizar a defesa das terras e fazer frente até a expropriação violenta, para forjar solidariedade, inclusive na fase crítica de dissolução da Colônia?

O mais relevante é aprofundar o “enredo” político-econômico da Colonização. No quadro político vigente, ela é o modelo que inspira confiança mas, na verdade, opõe-se a uma intervenção realmente distributiva da terra.

(75) Na ocasião dos trabalhos de pesquisa, observou-se em diversas dessas instituições a intervenção dos dirigentes com a maior naturalidade, até na vida puramente pessoal e familiar de seus membros, como se fossem menores de idade.

6. COLONIZAÇÃO: ARTICULAÇÕES NO NÍVEL ECONÔMICO E NO NÍVEL IDEOLÓGICO

A Colonização interna, em particular a colonização amazônica, tem sido nos últimos anos objeto de muitos estudos e provocado a elaboração de numerosos projetos e programas. A tônica desses trabalhos é seu caráter empírico, pragmático, relacionado com a arte do planejamento. Não tem dado muita importância ao estudo teórico do fenômeno, a sua natureza, o seu significado no conjunto do sistema político-social.

A Colonização tem-se constituído no Brasil independente, sobretudo a partir de 1850, tema recorrente do discurso político, de polêmica jornalística, de debates parlamentares; tem sido repetidas vezes assunto de legislação — desde forma de Constituição até a de decretos e regulamentos, incluindo na matéria a própria conceituação, aliás versátil, do fenômeno.

A fronteira deu ensejo a uma reflexão teórica que ganhou ultimamente uma posição de destaque nos diversos campos da Ciência. No que diz respeito a sua própria natureza, seu papel e sua significação histórica, vale fazer referências aos estudos de Otávio Velho e de José de Souza Martins.

Parece-nos que a abordagem tipicamente econômica de fronteira não esgota o tema; ao contrário, negligencia todo um aspecto que se dá a conhecer sob o vocábulo colonização e que diz respeito ao nível ideológico político do processo. É bem sintomático neste particular o uso distinto da terminologia. A manipulação política do conceito de colonização nos apareceu como uma constante na retrospectiva de cem anos que ensaiamos no tocante à atual faixa da Belém-Brasília que representa os diversos estágios de colonização da Amazônia.

O estudo da área atravessada pela rodovia Belém-Brasília é muito esclarecedor a esse respeito pelos traços históricos apresentados. Nela se vê nitidamente como a abertura de fronteiras agrícolas corresponde à necessidade do sistema e sempre foi condicionada pelo pólo.

No fim do século XIX, a partir de 1870, a abertura de uma pequena fronteira interna na Bragantina, próxima a Belém, se situou nitidamente na dependência de fatores alheios à região,

no sulco das transformações que se processavam no centro-sul do país e na Inglaterra que era ainda na época o centro impulsador da vida econômica brasileira. A Província do Pará atravessava um período de transição que não deixou de influir na ocupação da Bragantina, de ter um caráter decisivo. A cabanagem acaba de desmantelar o latifúndio estruturado na base do trabalho escravo; os escravos se tinham libertado e viviam em uma porção de quilombos disseminados através da Província. Era imprescindível substituir o “braço escravo” pelo “braço livre” segundo a terminologia corrente na época, e a falta de dinamismo da agricultura paraense não permitia fazê-lo nos próprios latifúndios. Entretanto, a idéia de ocupar áreas novas devolutas (na Bragantina, no Baixo Amazonas) não foi endógena; ela foi toda sustentada pela pressão do governo Imperial no sentido de efetivar a lei de Terras de 1850, que previa a colonização, em cada Província, de uma área de 36 léguas quadradas. Ora, essa lei foi toda moldada em função das necessidades do Centro-Sul e em consequência da abolição do tráfico negreiro e do declínio da escravatura, resultado direto, por sua vez, de imperativos econômicos ingleses. É isso é tão verdade no que tange à Bragantina que, durante anos e anos, (de 1848 a 1868) a Província do Pará não se resolveu a usar da concessão imperial, embora o assunto surgisse constantemente nas Falas presidenciais. Ora, o que determinou realmente a abertura da Bragantina foi a invasão do Brasil pelos capitães ingleses ligados aos investimentos em grandes obras de infra-estrutura, no caso específico, as ferrovias. Foi quando se pensou na Estrada de Ferro de Bragança que começou a se firmar a idéia de ocupação e da exploração das matas virgens localizadas entre o litoral paraense e o rio Guamá.

É bem documentado o fato de que as ferrovias todas implantadas no Brasil a partir de 1850 — ou pelo menos a grande maioria delas — atendiam muito mais aos objetivos indústriocomerciais da Inglaterra do que às necessidades econômicas das próprias regiões onde foram lançadas. Ao contrário do que se comenta nos estudos convencionais, a Estrada de Ferro de Bragança, no Pará, não veio para satisfazer aos requisitos de comercialização da sua produção agrícola; foi a colonização que decorreu da decisão de investir em ferrovia. Foi decorrência dos imperativos do capital europeu. E para entender da importância dessa “opção” no Pará, é preciso não esquecer que essa estrada era apenas a primeira entre outras, de maior vulto, e de bem maior repercussão econômica: a de Alcobaça que visava interligar Goiás e Pará, e a Madeira-Mamoré que objetivava nada menos

do que unir as bacias do Prata e Amazonas, fazendo de Belém o porto de toda a América do Sul para os Estados Unidos e a Europa. Aí as ferrovias da Amazônia se integrariam num vasto complexo flúvio-marítimo voltado para os grandes centros indústrio-financeiros internacionais e se constituiriam num instrumento perfeito de controle econômico.

É muito interessante observar como, há quase um século de intervalo, investimentos de infra-estrutura ligados à indústria de transporte determinaram a abertura de uma nova fronteira na Amazônia. Trata-se da rodovia Belém-Brasília ligada à implantação da indústria automobilística no Brasil. Esta vez, a abertura da fronteira incluiu-se num plano mais elaborado, ou pelo menos mais explícito e de uma coerência mais aparente, já que os interesses do capital internacional eram mediatizados por um Estado nacional mais fortalecido, equipado com instrumentos mais aprimorados de poder. A consciência do perigoso isolamento da Amazônia, nunca tão violentamente percebido como no tempo da II.a Guerra Mundial, preparava o terreno para o plano Kubitschek concernente à Amazônia. A interiorização da capital federal, a irradiação a partir de Brasília de uma rede rodoviária e a montagem da indústria automobilística construía um conjunto capaz de re-dinamizar a economia brasileira em consonância com os interesses do grande capital internacional. À diferença da Bragançina que surgiu na economia com a ferrovia, como fruto de uma atividade dirigida, a colonização na Belém-Brasília iniciou de forma espontânea anteriormente à implantação do plano rodoviário. Dali resulta nítida a distinção entre frente de expansão e frente pioneira. A frente de expansão se deu nas décadas de 40 a 50, conforme os lugares, e prosseguiu paralelamente à abertura da rodovia que deu ensejo à frente pioneira sobretudo com o asfaltamento da estrada e a criação de uma rede de vicinais.

Na realidade, a progressão da fronteira rumo ao Norte de Goiás tinha iniciado durante a II.a Guerra com a ligação rodoviária de Anápolis a Porangatu, quando se fundou a Colônia de Ceres (1943). Foi neste período que se estabeleceram grandes fazendas no Mato Grosso Goiano, facilitados pela rodovia. Era durante o Estado Novo, quando estava em voga a Marcha para o Oeste, um dos sustentáculos ideológicos do regime autoritário.

A frente de expansão atravessando o Norte de Goiás já tinha alcançado o sul do Pará, na região do Araguaia e do To-

cantins quando foi decidida a Transamazônica. Oficialmente apontada como resposta aos problemas do Nordeste, esse eixo rodoviário tinha reconhecidamente outros objetivos de ordem econômica e de segurança. A conjugação entre a abertura da estrada e o programa de cobertura radar da região amazônica — RADAM — entre o traçado da Transamazônica e a localização de jazidas minerais diversificadas identificava um desses objetivos: o controle da matéria-prima para fins de industrialização interna e sobretudo de exportação com vistas ao equilíbrio da balança internacional do país. A preocupação da segurança nacional e internacional não estava ausente da decisão, como foi evidenciado pela interiorização das forças militares nesta faixa nova de ocupação. Aliás não se trata de uma dupla ordem de interesses mas pelo contrário de duas faces de uma mesma e única preocupação.

Essas ligações todas entre interesses dos pólos — nacional e o internacional — e a dinâmica da fronteira têm sido bastante ressaltados, principalmente no que concerne aos últimos anos e em relação mais precisamente com a onda de especulação em torno da terra, estimulada pelos incentivos fiscais. O que se queria acrescentar, em termos de análise, nos leva exatamente à articulação do tema das frentes com o tema da Colonização — ou seja do nível econômico com o nível ideológico. Pretendemos mostrar como o discurso político sobre Colonização entra como justificativa e legitimação da expansão capitalista do sistema na forma de fronteira, e mais precisamente na sua fase de frente pioneira.

A fronteira em si é um fenômeno econômico cuja racionalidade encontra apoio num sistema de valores, de idéias, de racionalizações, de objetivos pragmáticos que constituem seu patamar ideológico. A colonização é essa racionalização da fronteira.

A Colonização define um estatuto — ela é a fase jurídica da fronteira. Isso é tão verdadeiro que a Colonização é normalizada através de todo um aparato de leis — desde a Constituição e de regulamentos próprios elaborados pelo Estado. A definição constitucional da Colonização estabelece sua importância no conjunto da organização política brasileira e fundamenta o seu posicionamento a nível de instituição. A colonização, pois, é dotada de sua organização própria que a coloca diretamente sob o controle dos governos, federal ou estadual. Atualmente, a organização máxima é o Instituto Nacional de Colonização e Refor-

ma Agrária — INCRA — cujo nome já é um programa pela simples justaposição da Colonização e da Reforma Agrária. É encarregado de controlar a fronteira segundo as normas da colonização.

O estatuto particular, as normas especiais e a organização específica atribuídos à fronteira demonstram a sua importância para o sistema. Importância que não está ligada com os imigrantes que efetivam a ocupação das áreas novas mas diretamente aos interesses do pólo, como já foi argumentado, ou melhor aos interesses de certos grupos dentro das classes dominantes no pólo. Ocorre que esses interesses são tão conflitivos com os interesses dos que realizam a primeira ocupação da fronteira (o que corresponde mais ou menos à frente de expansão) que dificilmente podem ser abertamente promovidos e cobertos pelo Estado, a não ser essas fases mais agudas do regime autoritário. Fora esses casos, o apoio institucional precisa de uma legitimação: é quando entra no cenário a Colonização. A Colonização consagra de modo geral a passagem da frente de expansão para a frente pioneira — ou seja a transição do controle indireto ao controle direto da fronteira pelos interesses econômicos dominantes. Pouco importa que a Colonização seja denominada de espontânea ou de dirigida; em ambos os casos, trata-se de uma tomada do controle; o Estado chama para si a orientação e a fiscalização do movimento. A diferença reside no momento — e inevitavelmente na forma — como se inicia essa tomada de controle. Na Colonização dirigida, o Estado (por si ou através de concessionários) toma a iniciativa da ocupação sistemática da área, planejando basicamente o loteamento e a distribuição da terra, o que investe o organismo de colonização de um poder imediato absoluto. O direito exclusivo da administração sobre a ocupação e a exploração da terra condiciona toda a vida dos colonos e confere, portanto, aos coordenadores do projeto um controle total que, geralmente, envolve além das atividades econômicas, o sistema educacional, os serviços sanitários e às vezes as atividades recreativas. No caso da Colonização espontânea, o Estado tem despertado tardiamente para o fenômeno e sua importância; a sua interferência toma a feição de um certo corretivo ou de um reordenamento de movimentos considerados desordenados e anárquicos. A forma de intervenção é diferente e mais limitada na sua abrangência. Mas o sentido fundamental não difere: num caso como no outro, o que está em jogo é o controle da situação — e ela passa em boa parte pelo controle sobre terra e sua distribuição.

O objetivo legitimador atribuído geralmente a esse controle é da ordem de: a fixação do homem à terra, a criação da pequena propriedade, a promoção do pequeno empresário rural, etc. Esse objetivo de fato é sempre perseguido nas diversas experiências de colonização verificadas no Brasil a partir da Lei de Terra de 1850, mas em dimensão sempre muito reduzida — ou suficiente para justificar ou legitimar o desenvolvimento paralelo de outros objetivos alheios à vida das comunidades camponesas.

No tempo da Colonização europeia do século passado, tratava-se de conseguir braços para o colonato cafeeiro e a manutenção da grande empresa cafeeira, ameaçada pelo desmoronamento da escravatura. No tempo da Colonização dirigida de Goiás, tratava-se de dar aos pecuaristas latifundiários livre acesso às ricas terras do entre Araguaia e Tocantins. Na década de 60 quando o Estado passou a se interessar pela colonização espontânea, tratava-se de garantir os interesses dos pecuaristas e dos madeireiros. A Colonização promovida pela SUDENE no Maranhão visava desviar a atenção das tensões sociais no Nordeste e legitimar a não-efetivação da Reforma Agrária.